

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

ATA Nº 008

PRESIDENTE – DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, para debater a regularização fundiária urbana e rural do Município de Várzea Grande.

Convido para compor a mesa o Dr. Alexandre Elias Filho, Juiz de Direito, neste ato representando a Comissão de Assuntos Fundiários da Comarca de Várzea Grande; o Sr. Kalil Sarat Baracat de Arruda, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Várzea Grande, neste ato representando a Prefeita Municipal Sr^a Lucimar Sacre de Campos; o nosso Vereador Benedito Francisco Curvo, Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, a quem agradeço a gentileza em nos ceder este espaço e também nos ajudou na mobilização; o querido Dr. Air Praeiro Alves, Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária; o Dr. Munir Arfox, Defensor Público do Estado de Mato Grosso; a Dr^a Flávia Moretti, Presidente da OAB/Secção Várzea Grande, Membro de Comissão de Assuntos Fundiários do Fórum do Município de Várzea Grande; a Sr^a Iza Karol Gomes, Diretora de Regularização Fundiária Urbana do INTERMAT, neste ato representando o Presidente do INTERMAT, Sr. Cândido Teles; o Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Setorial Temática de Mediação de Conflitos Agrários e Regularização Fundiária Rural e Urbana da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (PALMAS).

Composta a mesa, convido a todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero registrar e agradecer as presenças: da Assessora Maria das Graças, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, a quem agradeço por ter se empenhado também para que pudéssemos realizar esta Audiência Pública; do Vereador Dr. Carlos Garcia de Almeida, de Várzea Grande; do Vereador Rogério França Martins, o Rogerinho da CAR, de Várzea Grande; do Vereador Claido Celestino Batista, o Ferrinho, 2º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande; do Vereador Edilei Roque de César, Nene (Chimarrão), de Várzea Grande; do Vereador Dr. Miguel Angel Claros Paz, de Várzea Grande; do Vereador Valdemir Bernardino de Souza (Nana), de Várzea Grande; do Vereador Cleiton Nassarden Guerra, o Sardinha, de Várzea Grande; do Vereador Pedro Paulo Tolaris, o Pedrinho, de Várzea Grande; do Vereador João Tertuliano de Barros Filho, o Joãozito, de Várzea Grande; do Sr. Ivan dos Santos Oliveira; da Sr^a Elen Farias Ferreira, Secretária Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Rural Sustentável de Várzea Grande; do Sr. Robson Pazeto, Superintendente de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo de Várzea Grande; da Sr^a Roseane Oliveira, Assessora da Casa Cidadã do Município de Várzea Grande; do Sr. Márcio Alves Ferreira, Assessor

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

da Secretaria de Obras do Município de Várzea Grande; do Major Rafael Dias Guimarães, Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Estado e Segurança Pública de Mato Grosso; do Dr. Osmar Capilé, Vice-Presidente do Conselho das Cidades de Várzea Grande; do Dr. Edivaldo Lima de Melo, Procurador do Município de Várzea Grande; da Sr^a Débora Chiodelle, Gestora Administrativa do Fórum de Várzea Grande; do Sr. José Carlos Ferreira de Arruda, Tabelião do Cartório do 2º Ofício de Várzea Grande; da Sr^a Aline Muniz, nossa querida companheira Vereadora da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães e também Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais do Município de Chapada dos Guimarães; da Sr^a Aparecida Cortez, nossa companheira, Presidente Municipal do Partido dos Trabalhadores de Várzea Grande; do Sr. Miguel Francisco dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Várzea Grande; do Sr. Francisco Borges, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do INDEA e INTERMAT; do Sr. Marcos Oliveira, Presidente da Confederação Municipal das Associações de Bairros de Várzea Grande; do Sr. Vanderlei Pimenta, Diretor de polos da UNIVAB - União Várzea-grandense de Associação de Bairros em Várzea Grande; do Sr. Nelson Ferreira da Cunha, Presidente do Bairro Parque do Sabiá, de Várzea Grande; do Sr. Carlos Henrique da Silva, Presidente dos Bairros Ouro Branco e Vila São João; do Sr. Nelson Rainer da Silva Menezes, Presidente do Bairro Parque Del Rey Portal da Amazônia; da Sr^a Rosinha Cavalaria Sandoval, Presidente da Comunidade Parque Boa Vista; do nosso amigo e companheiro Florisvaldo Ferreira Alves, Presidente da Associação do Assentamento Sadia III, do Município de Várzea Grande; do Sr. Elizeu da Silva, o Xum Xum, Presidente da Associação Quilombo Urbano Capão de Negro Cristo Rei; do Sr. Jairo Antônio da Silva, Presidente da Associação Comunitária do Formigueiro; da Sr^a Maria Aparecida Nascimento, a Cidinha, Presidente da Associação de Catadores Mato Grosso Sustentável - Asmats; da Sr^a Valquíria Pereira Barros, Presidente da ASCAVAG - Associação de Catadores e Materiais Recicláveis de Várzea Grande; do Sr. Danilo Moraes, Gerente da Secretaria de Assistência Social de Várzea Grande, neste ato representando a Secretária Kathe Maria Kohlhasse Martins; do Sr. Guilherme da Silva Queiroz, Presidente do Sindicato Regional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Baixada Cuiabana.

Mais uma vez, quero agradecer, na pessoa do Presidente desta Casa, Vereador Francisco Curvo, a parceria para que pudéssemos, utilizando este espaço, promover esta importante Audiência Pública.

Audiência Pública de hoje é uma atividade requerida pelo nosso mandato.

Temos feito várias Audiências Públicas no Estado de Mato Grosso, já estivemos no Município de Peixoto de Azevedo, onde dezessete municípios se fizeram presentes para discutir a regularização fundiária urbana rural das áreas do Estado e das áreas da união e também de áreas de colonizadoras particulares naquela região, aqui no Município de Várzea Grande, estaremos também no Município de Confresa no próximo dia 07, no dia 24 em Rondonópolis, para, durante as Audiências Públicas, ouvirmos a comunidade, as autoridades, os palestrantes, já fazermos alguns encaminhamentos ao final da audiência e também coletarmos as demandas, tanto para o encaminhamento para os órgãos competente como também para que possamos subsidiar a Câmara Setorial Temática que já instalamos na Assembleia Legislativa, cujo Presidente se faz aqui presente, o Dr. Elvis Klauk Júnior, na qual nos próximos seis meses estaremos fazendo um profundo estudo da regularização fundiária do Estado de Mato Grosso, toda essa problemática e no final apontar um caminho para a regularização fundiária urbana e rural, também criando e instalando um núcleo de mediação de conflitos na Assembleia Legislativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

O Município de Várzea Grande foi fundado em 15 de maio de 1867, pelo Presidente da província de Mato Grosso, Brigadeiro José Vieira Couto Magalhães, acampamento Couto Magalhães, no período da guerra do Paraguai.

Sua origem já indica problemas de regularização fundiária na medida em que o Governo Imperial fez à época uma doação por uma sesmaria em 1832 aos índios Guanás, considerados mansos pelos portugueses e a hábeis canoeiros e pescadores, com a denominação de Várzea Grande dos Guanás.

Foi também caminho obrigatório das boiadas que vinham de Rosário Oeste em direção a Cuiabá.

Uma sesmaria deu origem aos municípios e o histórico desse modelo de doação no país e em Mato Grosso demonstra a necessidade de regulamentação e organização fundiária.

Em 1948 Várzea Grande se emancipou de Cuiabá, após a promulgação da Lei Estadual 126, de 23 de setembro 1948, de autoria do Deputado Estadual Licínio Monteiro da Silva.

Hoje, com 271.339 mil habitantes, com 1,54% da população no campo, é a segunda maior cidade do Estado, com alta taxa de população urbana.

A falta de regularização fundiária, que é histórica, afeta diretamente o município e o impede muitas vezes de se desenvolver, além de prejudicar na captação de recursos junto aos órgãos federais e instituições privadas e, acima de tudo, impede famílias de terem acesso aos créditos e ao desenvolvimento de suas atividades devido à falta de títulos tanto urbanos quanto rurais.

Na atividade da agricultura familiar há grande um prejuízo, o que poderia se tornar um celeiro agrícola na divisa com a Capital fica à mercê de pequenas iniciativas já que grande parte dos agricultores não possui títulos de suas terras.

A decisão de realizar esta Audiência Pública em Várzea Grande se deu em função das características e necessidades da cidade, além da decisão de colocar o nosso mandato à disposição da regularização fundiária em Mato Grosso.

Em Várzea Grande há também o esforço da Prefeitura Municipal, representada pela Prefeita Lucimar Campos, que tem excelentes iniciativas para que a cidade possa sair do patamar atual para atingir os objetivos dos seus munícipes que querem endereço e identidade legal dos lotes que ocupam para viver e dar segurança às suas famílias.

Criamos na Assembleia Legislativa de Mato Grosso uma Câmara Temática com vistas à regularização fundiária e à mediação de conflitos, aqui representadas por seu Presidente, Dr. Élvio Klauk, que junto com o INCRA, o INTERMAT, a Procuradoria da Assembleia Legislativa, Defensoria Pública de Mato Grosso, entre outros, a quem agradeço de antemão, por meio da pessoa do nosso querido Defensor Público, Air Praeiro, que não medirá esforços em apresentar alternativas para que Várzea Grande e todo Mato Grosso possa avançar na regularização fundiária.

Srs. Vereadores, representante da Prefeita Municipal, o nosso mandato está à disposição de Várzea Grande. Colocaremos toda estrutura jurídica e política da Assembleia Legislativa para apoiar o município.

Precisamos corrigir os problemas iniciados no Império que hoje afligem os moradores desta profícua cidade.

Juntos faremos a diferença!

Vamos ouvir os mais interessados em regularizar o espaço urbano e as pequenas propriedades rurais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Cumprirei o meu papel como Deputado trabalhando cotidianamente para apoiar o município na construção da dignidade de seus moradores.

Quero convidar para fazer uso da palavra e proferir sua palestra o Dr. Alexandre Elias Filho, da Comissão Fundiária do Município de Várzea Grande.

O senhor terá 15 minutos para proferir sua palestra, conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

O SR. ALEXANDRE ELIAS FILHO - Exmº Sr. Deputado Valdir Barranco, na pessoa de quem eu cumprimento todos os componentes desta mesa que tenho a honra de participar nesta Audiência Pública promovida por Vossa Excelência.

Eu gostaria de esclarecer alguns aspectos desde a criação da Comissão de Assuntos Fundiários do Município de Várzea Grande.

A Corregedoria Geral da Justiça, através do Provimento nº 15, que foi realizado no ano de 2014, determinou que os municípios que são sedes de comarcas providenciassem um levantamento para regularização fundiária seja urbana ou rural.

Então, no dia 29 de abril de 2015 foi instituída a Comissão Agrária do Município de Várzea Grande, que é presidida pelo Juiz Diretor do Foro, que estou representando nesta data, representantes da OAB, da Defensoria Pública, do Município, dos Sindicatos, do Estado, do Ministério Público, da União e etc.

Essa Comissão tem por objeto quatro atribuições que lhe são permitidas em face do Provimento nº 15 da Corregedoria Geral da Justiça, que determinou as comarcas em municípios que promovessem a realização dessa regularização fundiária.

A primeira atribuição dessa comissão é identificar e mapear os problemas existentes no âmbito fundiário urbano e rural, dentro circunscrição territorial do município da qual faz parte aquela comarca, ou melhor, do município onde a comarca esta sediada e aqueles outros municípios que também fazem parte da mesma comarca.

A segunda atribuição dessa comissão é analisar as causas dos problemas fundiários, apresentando proposta de soluções concretas para os casos em que forem submetidos.

A terceira atribuição desta comissão de assuntos fundiários é promover qualificação dos profissionais que atuam na área contemplada, por meio deste provimento da corregedoria geral da justiça que prevê a qualificação, ou seja, a orientação das pessoas que compõem esta comissão para se chegar ao denominador de regularização fundiária.

E o quarto e último atributo desta comissão é analisar as consultas, os processos que forem submetidos pelas instituições participantes ou seus órgãos. Por exemplo: a secretaria de obras ou desenvolvimento urbano de Várzea Grande pode chegar à comissão e dizer: “olha, nós temos um problema assim, é uma área que foi invadida em tal lugar, esta área é do poder público ou essa área é do poder particular...”.

Nós sabemos que invasão de área particular requer a intervenção do poder judiciário para poder regularizar, seja por meio de uma ação de usucapião, ou seja, por meio de buscar uma conciliação para que o proprietário se disponha a fazer o loteamento, regularizar pelo menos no papel a situação daqueles que já se encontram instalados no imóvel.

Em relação às áreas públicas, depende evidentemente de lei, quer lei federal; quer lei estadual, quando se trate de áreas estaduais e quer lei Municipal, quando se trate de áreas urbanas do município.

Bom, nós já realizamos quatorze reuniões dessa comissão de assuntos fundiários aqui de Várzea Grande, essas reuniões são mensais, comparecem todos os envolvidos para darmos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

continuidade nas tratativas para se chegar ao denominador comum de efetivamente poder titular, registrar aquele cidadão daquela área urbana ou da área rural.

Eu vou elencar, Sr. Deputado, algumas situações pontuais que nós desta comissão já fizemos, estamos fazendo, estamos caminhando para isso: já foi solicitado a todo o juiz de direito da comarca a celeridade da tramitação de julgamento de ações que envolvem a regularização fundiária, por exemplo, áreas que foram invadidas por várias pessoas, que é de um determinado proprietário, o proprietário está brigando na justiça para retomar, estão aparecendo várias ações de usucapião sobre esse imóvel.

Então, a nossa missão, o nosso objetivo, foi buscar os colegas, chamar os juízes que são competentes das Varas Cíveis de efeitos gerais, para dar celeridade, julgar esses processos e regularizar efetivamente a situação daquele cidadão que está ocupando aquela área já por muito tempo.

Nós fizemos também um levantamento dos loteamentos, o Dr. Air sabe bem que necessitam de regularização fundiária e dentro aqui do Município de Várzea Grande, posso citar: Loteamento Novo Mato Grosso, Residencial Nair Sacre, Residencial Vila São João, Loteamento São Mateus, Loteamento Residencial São Simão, Loteamento Maringá III, Loteamento Jardim Vitória, Loteamento Jardim Manaira, Loteamento Princesa do Sol e Loteamento Jardim Eldorado, estão ainda carentes de regularização fundiária, ou seja, não existe título de propriedade para quem quer que seja que ocupe, que construa sua casa, que esteja lá há mais de dez, vinte anos.

Outra providência, e foi uma provocação da Comissão, que foi decidida pela Corregedoria-Geral de Justiça, é que todo acervo de matrículas, todos os imóveis que se encontram no cartório de Cuiabá, anteriormente Várzea Grande pertencia à Comarca de Cuiabá, que fossem transferidos para o Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Várzea Grande, para todos os imóveis que estavam matriculados em Cuiabá fossem automaticamente transferidos para registro imobiliário desta Comarca. Atendendo ao projeto de regularização fundiária de interesse social, que foi tão publicado um Decreto Municipal nº 15 no ano passado que declarou de utilidade pública o loteamento São Simão, nesta oportunidade que havia sido registrado lá na Comarca de Cuiabá.

Também foi solicitada pela Comissão à Prefeitura Municipal de Várzea Grande a regularização fundiária do Bairro Princesinha do Sol, o levantamento da área e do projeto da parte já consolidada com a proposta de urbanização diante da presença de vários possuidores que se encontram naquela. Também foi apresentado projeto de regularização do Bairro São Simão, por meio de um *cd room* encaminhado à Comissão da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

Foram solicitadas também da nossa Comissão ao Núcleo de Regularização Fundiária da Defensoria do Estado, que o Dr. Air sabe bem, informações acerca das ações desenvolvidas do Bairro Terra Nova, sendo notificadas que das 300 ações de reintegração de posse propostas pelo proprietário particular da área, Sr. Hiroji Okajima, houve então um acordo para 140 processos e também interposição de 35 novas ações de usucapião.

De maneira que a Comissão de Assuntos Fundiários da Comarca do Município de Várzea Grande está fazendo o seu papel, estamos trabalhando, o Dr. Air é um baluarte, por meio da Defensoria, a OAB também presente. O que nós precisamos?

O cidadão, que é ocupante de uma área, seja particular ou uma área pública, primeiro, ele ocupou porque estava desocupada. Não houve objeção de quem quer que seja. O tempo foi passado, o cidadão tem o seu teto, o cidadão tem a sua casinha, ele precisa de melhoramento, ele precisa de água, ele precisa de luz, ele precisa de rua, ele precisa de iluminação, ele precisa de segurança, ele precisa de escola e etc.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Qual é a forma de resolver tudo isso? É regularizar a situação dele, por meio da regularização fundiária.

Hoje, nós trabalhamos com a comunidade e as entidades em que nós ficamos para que ele possa obter do Poder Público os benefícios sociais que a municipalidade lhe trará com água, com luz, com segurança, com rua, com asfalto etc. Em contrapartida ele também vai arrecadar o seu tributo legalizando o seu imóvel, registrando o seu imóvel, tendo a sua inscrição para o pagamento de imposto territorial urbano, IPTU, ele estará nada mais fazendo do que ir pagar o tributo para receber o benefício do Município.

E, assim, nós precisamos caminhar.

Várzea Grande é uma cidade industrial, Deputado, é a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso, não pode ficar a mercê de novos Municípios que são traçados no papel, a exemplo do Norte do Estado, igual algumas cidades que conhecemos em que tudo já foi projetado, tudo já foi registrado, é chegar, comprar, ou prefeitura vende, o proprietário vende, o cidadão compra e registra.

Nós precisamos regularizar.

Com toda essa história que Várzea Grande tem desde o tempo do império, narrada pelo nobre Deputado, Várzea Grande precisa regularizar o seu aspecto fundiário, não só na zona urbana como também na zona rural.

Então, Sr. Deputado, essas são algumas considerações que faço a Vossa Excelência e a todos, o papel que a Comissão de Assuntos Fundiários está fazendo para o Município, para a comarca, principalmente, no aspecto urbano que requer uma intervenção mais imediata.

Eu agradeço, muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre, a sua presença aqui enobrece este ato e também aproxima a sociedade do Poder Judiciário, que é fundamental para que tenhamos êxito nesse processo.

Convido para fazer uso da palavra o nosso amigo Kalil Sarat Baracat de Arruda, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Várzea Grande, também representando a Prefeita Municipal, Sr^a Lucimar Campos.

O SR. KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA – Boa tarde, senhoras e senhores; Deputado Valdir Barranco; Vereador Chico Curvo, Presidente desta Casa de Leis, no qual eu cumprimento todos os Vereadores aqui presentes; Dr. Air Praeiro Alves, Defensor Público do Estado de Mato Grosso, no núcleo de regularização fundiária; Dr. Flávia Petersen Moretti, Presidente da OAB do Município de Várzea Grande; Dr. Alexandre Elias Filho, Juiz de Direito, nesta ato representando a Comissão de Assuntos Fundiários da Comarca de Várzea Grande; Dr. Munir Arfox, Defensor Público do Estado de Mato Grosso; Sr^a Iza Karol Gomes, Diretora de Regularização Fundiária Urbana do INTERMAT; Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Setorial de Conflitos Agrários.

Boa tarde!

Neste ato representando a Prefeita, que não pôde estar presente, pediu para que viéssemos representá-la e deixar as sinceras desculpas, ela teve um compromisso inadiável, Deputado.

A Prefeita Lucimar Campos, desde quando nos fez o convite para assumir esta pasta, da qual estou à frente por quase 90 dias, colocou-se muito preocupada com as questões da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

regularização fundiária do Município de Várzea Grande, tanto é que nos pediu empenho nesta questão tão importante, que é a regularização fundiária no Município, em que tratamos de cidadania, Deputado.

Primeiramente, Deputado, eu gostaria de agradecer o empenho do senhor por iniciativa desta Audiência Pública, é com grande satisfação que nos fazemos presentes, porque Várzea Grande é carente de representantes na Assembleia Legislativa, e precisamos dos Deputados amigos que venham desempenhar este papel conosco.

Sabemos que a regularização fundiária, assentamentos regulares e dar titulação a seus ocupantes é um modo de garantir ao cidadão o direito social a moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Morar irregularmente significa estar em condição insegura permanente, por esse motivo, além dos direitos sociais, podemos dizer que a moradia regular é condição para realizar a realização integral de outros direitos constitucionais, como trabalho, lazer, educação, saúde. Além de transformar a perspectiva de vida das comunidades e das famílias beneficiadas, já que os assentamentos regularizados podem fazer parte dos cadastros municipais.

A regularização fundiária, sob essa perspectiva, beneficia o cidadão, o Município e a sociedade brasileira de modo geral.

O Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, elaborou um plano estratégico que prevê algumas diretrizes que vêm sendo desenvolvidas em parceria, Comissão de Regularização Fundiária com o Dr. Jonas Gattas, que não se faz presente, e a participação da Câmara Municipal, da OAB, da sociedade civil, de alguns membros. O Dr. Alexandre já citou alguns bairros que já estão sendo citados e sendo trabalhado.

A regularização fundiária tem 07 bairros que nós viemos trabalhando para que possamos fazer a regularização deles. A regularização fundiária não é uma coisa tão simples, depende da parte burocrática, por isso a união dos Poderes é muito importante para que nós consigamos fazer o maior número de regularização fundiária no Município.

Temos hoje o Novo Mato Grosso, já foram entregues alguns títulos, está em fase de execução às pessoas que moram nesse bairro, o Município já entregou alguns títulos e continua titulando pessoas que moram nesse bairro.

O conjunto habitacional no Nair Sacre, nós estamos trabalhando para que possa ser entregue o mais rápido possível. Temos o Vila São João, São Simão, Jardim Manaíra, Jardim Maringá III, Jardim Adália.

Recebi a doação de imóvel particular para promover a regularização fundiária... Também é uma das diretrizes que a Secretaria vai adotar.

Regular assentamentos irregulares que não se enquadram nas diretrizes anteriores, tal como regularização fundiária de interesses específicos.

Essas medidas vão nos ajudar, ainda na gestão da Prefeita Lucimar Campos, a regularizar grande parcela do território várzea-grandense, tendo em vista que abrangem todas as hipóteses jurídicas, sociais e urbanísticas que podem ser promovidas pelo Poder público municipal, capazes de adequar os assentamentos informais pré-existentes às conformações legais.

Devo dizer que, na gestão da Prefeita Lucimar, a regularização fundiária é um dos assuntos prioritários, inclusive previsto em seu Plano de Governo, que não mede esforços para acelerar os processos de regularização fundiária urbana e rural do Município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Gente, nós fizemos alguma explanação do que temos previsto e do que estamos efetuando. Eu gostaria, em nome da Prefeita, de nos colocar à disposição da sociedade para que possa... A equipe da Secretaria está presente, se houver alguma dúvida, algum questionamento, estamos prontos a prestar esclarecimentos.

Deputado, gostaríamos de agradecer o seu empenho, o seu intuito e nos colocamos à disposição, enquanto Secretário, e em nome da Prefeita Lucimar Campos. No mais, eu quero agradecer a todos. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Kalil.

Eu quero agradecer as nossas servidoras do Cerimonial, que gentilmente sempre cuidam de nós para que tudo saia da maneira melhor possível; também as nossas servidoras da Taquigrafia, que é quem registra tudo. Nada do que se fala aqui fica sem ir para os Anais da história de Mato Grosso, graças ao trabalho minucioso delas.

Eu quero convidar para fazer o uso da palavra a Sr.^a Iza Karol Gomes, Diretora de Regularização Fundiária Urbana do Instituto de Terras de Mato Grosso, neste ato representando o Presidente do INTERMAT, Sr. Cândido Teles.

Em tempo, convido para compor a mesa o meu amigo Miguel Francisco dos Santos, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais do Município de Várzea Grande, da zona rural, que tanto carece da regularização fundiária ainda, não é, Miguel?

A SR.^a IZA KAROL GOMES - Boa tarde!

O meu nome é Iza Karol, neste ato represento o Presidente do INTERMAT, Dr. Cândido Teres, e na pessoa do Presidente e Exm^o Deputado, cumprimento a mesa.

O Dr. Cândido não pôde estar presente diante da agenda e um compromisso muito extenso, mas pediu para que viéssemos participar e levar a mensagem do INTERMAT, que é a busca incessante da regularização, tanto urbana quanto rural.

Fazendo o uso da palavra do Dr. Alexandre, as comissões do dia a dia do INTERMAT foram uma das melhores coisas que vieram para que conseguíssemos finalizar as regularizações.

Essas comissões conhecem os problemas de perto, e propõem soluções. O Tribunal de Justiça está de parabéns, porque conseguiu alavancar um mecanismo que conseguiu fazer com que todos os entes conversassem numa mesma mesa e procurassem uma solução.

O INTERMAT sabe da necessidade do título de propriedade, título esse que dá dignidade ao cidadão.

Quando entregamos um título, nós conseguimos sentir de perto a responsabilidade que o INTERMAT tem com a regularização, de mudar de vida, de levar a essas pessoas, que tanto tempo esperam o seu título ou o seu acesso a crédito, condições de melhorias de acesso ao crédito para melhorar uma casa, um terreno.

O dia a dia do INTERMAT está um tanto quanto complicado por causa da falta de mão de obra, mas não deixa de estar participando.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos e essas portas estão se abrindo ao longo da trajetória do INTERMAT.

Gostaria de agradecer Vossa Excelência pelo empenho de estar também abrindo esse debate na busca de condições e de um melhor caminho a ser traçado.

O Estado possui áreas aqui no Município, áreas de grande conflito, não só pela titulação, mas pela ocupação que foi ao longo dos anos sendo desdobrada a ocupação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Então, nós temos loteamentos com grandes problemas que o Estado tem que propor soluções. Só que dependemos muito da regularização urbana, de um ator principal que é o município, sem o qual o Estado não consegue, porque é o ator principal da regularização fundiária. É com o município que entabulamos procedimentos para conseguirmos chegar ao título.

É com o município que conseguimos sentar e traçar normas para melhorar as condições para atender a população. E o que o INTERMAT vem desempenhando com outros municípios do interior vem dando certo.

Em Juína, que é um caso muito complicado, fizemos o uso da comissão para tentar apaziguar o conflito existente, e a prefeitura lá, prontamente, através do seu representante, o Prefeito, conseguiu abrir e nos auxiliar.

É o que esperamos aqui em Várzea Grande da Prefeita, que possa nos auxiliar na construção de uma solução para casos - alguns muito complexos aqui em Várzea Grande - como a Cohab Cristo Rei, que a gente sabe que não é tão fácil de ser enfrentada.

O que o INTERMAT vem... Ele está à disposição para tentar uma saída junto com o Município, este é o ator principal da regularização, o Município de vocês.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Sr.^a Iza. Convido para fazer o uso da palavra o nosso amigo Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Setorial Temática, que discute na Assembleia Legislativa a regularização fundiária e os conflitos urbanos e rurais.

O SR. ELVIS KLAUK JÚNIOR - Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Deputado Valdir Barranco, em nome de quem eu cumprimento o dispositivo da mesa; Vereador Chico Curvo, Presidente desta Casa, em nome de quem eu cumprimento todos os vereadores; toda a sociedade várzea-grandense, servidores desta Casa, da Assembleia, sociedade mato-grossense, boa tarde.

Eu costumo dizer que na ausência de regularização fundiária todos perdem. Perde o município, porque deixa de arrecadar tributos; perde o comércio, porque a pessoa que tem seu título regularizado consegue obter financiamentos bancários e esse dinheiro, com certeza, vai ser usado no comércio; e perde, sobretudo, a pessoa, o cidadão que não tem o seu título, seja rural ou seja urbano.

Então, a ausência de regularização fundiária afeta diretamente a dignidade da pessoa humana.

Quando o Deputado Valdir Barranco nos convidou para que desenvolvêssemos algo para que o Poder Legislativo pudesse auxiliar nos conflitos fundiários do Estado de Mato Grosso, ele nos solicitou, nos pediu que criássemos algo novo, diferente. Então, nós nos deparamos com a Lei 13.140 de 2015, que é a Lei da Mediação. Começamos a estudar e achamos que o caminho para que os conflitos fundiários pudessem ser resolvidos seria através da mediação, isso que já vem acontecendo, o que o Dr. Alexandre acabou de falar, só que essa contribuição da Câmara Setorial Temática de Conflitos Fundiários Rural e Urbana tem duas... O nosso estudo é dividido em duas partes.

A primeira parte é estudarmos a viabilidade jurídica para que o Poder Legislativo possa ter, no seu espaço físico, uma câmara de mediação específica para conflitos fundiários, ou seja, nós estamos estudando. A Câmara foi implantada no dia 09 de março e a sua primeira reunião aconteceu no dia 14. Nessa nossa reunião da Câmara Setorial Temática esteve presente uma professora formadora de mediadores, uma das pessoas que mais entende de mediação no Estado de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Mato Grosso; o INCRA; o nosso companheiro Nelson Borges, Engenheiro Agrônomo, e o INTERMAT.

Então, o primeiro ponto é estudar a viabilidade jurídica para que a Assembleia possa ter um Núcleo de Mediação de Conflitos Fundiários. Isso já está bem avançado. Nós já tivemos uma conversa com a Desembargadora Cleuci, isso é possível, não tem esse problema jurídico, basta terminamos o estudo, firmamos um termo de cooperação para a Assembleia Legislativa tenha esse Núcleo.

O segundo estudo da nossa Câmara Setorial Temática, Deputado - aqui aproveito para agradecer a confiança de nos ter dado a oportunidade de estar presidindo esta Câmara -, é fazer o raio x dos conflitos fundiários no Estado de Mato Grosso.

Na primeira reunião que tivemos solicitamos ao INCRA que faça um levantamento de qual o tamanho desse conflito fundiário em área da União. Aproveitamos a oportunidade também para fazer o mesmo pedido ao INTERMAT nas áreas do Estado.

Segundo o técnico do INCRA, que é membro da nossa Câmara Setorial Temática, Mato Grosso é o segundo Estado do Brasil com maior problema de regularização fundiária, perdendo apenas para o Estado do Pará, e também é o segundo no Brasil em caso de morte em conflitos fundiários, perdendo para o Estado do Pará.

Então, o problema fundiário no nosso Estado é muito grave, muito sério e é necessário.

Este tipo de Audiência é louvável a oportunidade para que toda a sociedade debata o assunto, porque sem debater não conseguimos resolver.

Para finalizar, Deputado, a nossa Câmara Setorial Temática tem um prazo de 180 dias para terminar, para desenvolver esses dois estudos, a viabilidade jurídica do núcleo e o raio X do conflito fundiário no Estado de Mato Grosso.

A partir do segundo semestre, nós já queremos, com o apoio do Deputado Valdir Barranco, que esse Núcleo já esteja funcionando dentro da Assembleia Legislativa com os mediadores prontos para receber tanto essas causas que já estejam ajuizadas, quanto também problemas que ainda não estejam ajuizados.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Convido, para fazer uso da palavra, a Dr^a Flavia Moretti, Presidente da OAB/Seccional de Várzea Grande e membro da Comissão de Assuntos Fundiários do Fórum do Município de Várzea Grande.

A SR^a FLÁVIA MORETTI - Boa tarde!

Gostaria de cumprimentar o Deputado Valdir Barranco e parabenizá-lo por trazer a temática da Assembleia Legislativa, em nível estadual, para o nosso município.

É muito importante essa cooperação estadual quando se fala de regularização fundiária, regularização imobiliária dentro de qualquer outro município. É importante a participação do Estado.

Neste ato, cumprimento todas as demais autoridades e membros do Governo do Estado aqui presentes: Vereador Chico Curvo, em seu nome cumprimento todos os demais Vereadores aqui presentes e agradeço por abrir a Casa do cidadão várzea-grandense para receber de tão importância temática; Dr. Kalil, Secretário Municipal, a quem parabeno pelos trabalhos que vêm conduzindo referente à regularização fundiária no Município de Várzea Grande - sou testemunha disso por ser membro da Comissão de Assuntos Fundiários da Comarca - tem lutado e demonstrado interesse na gestão quanto à importância dessa regularização; Dr. Air Praeiro, colega,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Advogado, Defensor Público, é realmente um guerreiro na regularização fundiária junto com o Dr. Munir; Dr. Alexandre Elias, que representa aqui o Poder Judiciário e hoje encampa uma Comissão de Assuntos Fundiários que já está na 14ª reunião, com a participação de Vereadores, como o Ferrinho, Carlos Garcia, com o Secretário, o Ministério Público fazendo parte, onde, efetivamente, a OAB, eu, Presidente de Ordem e membro da Comissão, junto com o Edivaldo, Procurador Patrimonial, estamos conduzindo bem os trabalhos, bem como com os Cartórios do 1º e 2º Ofícios da nossa Comarca e os servidores do município; Dr. Alexandre e todos os cidadãos várzea-grandenses.

A regularização fundiária é um sonho.

Mas o que é a regularização fundiária? O que trata a regularização fundiária? É emitir CDRU? É entregar escritura pública? Só? Não! A regularização fundiária é muito mais do que você dar uma escritura pública ao cidadão. São medidas judiciais, urbanistas, ambientais, sociais, a fim de integrar aquela moradia daquele cidadão que ocupa irregularmente no mundo jurídico, no mundo de direitos. Isso é regularização fundiária.

Então, não basta regularizar, entregar CDRUs ou escritura, ou buscar a titularização junto ao Judiciário se o município, o Estado, o Gestor Público não contemplar a parte urbanística, a parte ambiental, calçada, esgoto, água, luz. Nós temos que levar a parte urbanística. Esse é papel do município e é a dificuldade da regularização fundiária que os municípios têm que vencer, e não é só Várzea Grande, não, é no Brasil todo.

Nós estudamos casos não concretos no Brasil inteiro, Deputado, Secretário, e não é só Várzea Grande que sofre com essa dificuldade.

Então, nós temos que pensar, sim, numa regularização de titularização? Sim. É o primeiro passo. Mas também temos que lembrar que a regularização fundiária por si só trata de todo um completo de estudo; de proteção das áreas ambientais nos bairros que existe área ambiental; de integração da sociedade com a educação, com a saúde naquele bairro.

É esse papel que eu deixo aqui, é uma questão de moradia digna.

Nós estamos fazendo um trabalho na Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Valdir Barranco, e quero deixar registrado, e acabou assim: o nosso Município de Várzea Grande - acho que o João Viana está aí, nosso mestre de área de regularização no município - tem mais de 20, 30 bairros para serem regularizados. Não é, João?

Mas a Comissão, junto com o Dr. Luiz Otávio Antenor, Presidente da Comissão de Regularização Fundiária e hoje com o Dr. Jones presidindo, resolveu dar um norte para o município para iniciar com as áreas públicas, as áreas que já são públicas, e ali fazer o levantamento do partido urbanístico, do parcelamento do solo e a titularização que vem sendo trabalhado pelo Secretário Kalil aqui na Pasta dele.

Vencendo cinco bairros, já vamos dar um pontapé satisfeito. Não é, Vereador? Tão sonhada regularização dentro do nosso município.

Mas temos que ver que temos áreas de conflito, áreas que são privadas, tem o interesse de regularização e precisam ser regularizadas por ocupações indevidas e irregulares.

Então nós temos este diagnóstico. Nós só precisamos que o Município de Várzea Grande, doutor, enfrente as dificuldades para chegar na regularização fundiária.

Como eu faço a regularização fundiária sem uma equipe técnica na secretaria de desenvolvimento urbano? (PALMAS) Sem uma equipe técnica na Secretaria do Meio Ambiente?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Então, o nosso Município, a nossa Prefeita, terá que aumentar o quadro técnico - essa é uma cobrança que a própria Comissão de Assuntos Fundiários já levou ao Secretário - e a necessidade de equipar o município para tal fim, para tal objetivo.

Espero que o Município busque essa estruturação de pessoas, porque um arquiteto, um engenheiro agrônomo dentro dos quadros municipais não vai dar conta de regularizar, fazer a regularização fundiária no município, por mais que tenha comissões, por mais que tenha vereadores pleiteando, por mais que tenha judiciário buscando.

Outro ponto de dificuldade da regularização fundiária que vemos é a questão do apoio cartorário, que sanamos recentemente na Comissão de Assuntos Fundiários.

Conseguimos com a Corregedoria que aqueles casos em que há interesse público de regularização fundiária sejam isentos de taxas, certidões e registros cartorários. Isso foi um avanço da nossa Comissão aqui no Município de Várzea Grande e acredito que sobrepôs a todo o Estado de Mato Grosso, não tenho certeza, mas em Várzea Grande a Corregedoria do Tribunal de Justiça...

Serviu para o Estado todo, não é doutor?

Então, esse foi um avanço da Comissão durante dez reuniões, para a gente conseguir esta aprovação.

Mas temos dificuldades junto a órgãos como MT Fomento, INTERMAT, porque áreas que estão em litígio precisam de documentos, Deputado, e essas áreas que precisam de documentos que precisam ser levantados o cidadão não tem como pagar as taxas que esses órgãos cobram.

Por exemplo, hoje eu pedi a cópia de um título definitivo no INTERMAT e paguei uma taxa de R\$85,00. O cidadão de baixa renda não tem essa condição.

Então, precisamos levar ao Governo do Estado a possibilidade de isenção de algumas taxas para facilitar a regularização urbana e rural, quer seja no nosso ou propriamente em Várzea Grande, que estamos discutindo.

Então, essa dificuldade com os órgãos estaduais emperra também a regularização.

Temos em nosso município área dos Estados em que foram construídas casas, Projetos Até que Enfim e Cohab e o Estado ainda não veio aqui regularizar.

Não cabe aos municípios regularizar essas áreas. São áreas estaduais, são propriedades do Estado.

Então, nós temos esse diagnóstico no Município de Várzea Grande, áreas municipais, áreas estaduais e áreas privadas, certo, Deputado?

Então, quero que Vossa Excelência leve isso como um diagnóstico.

Além desse diagnóstico, temos áreas públicas de interesse do meio ambiente que estão invadidas, e a Secretaria Elen está aqui, que sofre pressão do Ministério Público para sair.

Tivemos grandes avanços com a MP 759/2016, que passou para o município essa condição de regularizar, inclusive em áreas ambientais, e discutimos bastante na comissão.

Aqui não vai ser usado, mas eu estava trocando uma conversa com Dr. Air Praeiro, essa medida provisória deu até o direito de laje, para regularização do direito de laje.

Não vamos ter isso em nosso município, mas imaginem o impacto que isso vai ter na regularização fundiária nas grandes favelas dos centros urbanos.

Então, essa MP é um avanço e uma facilidade para o município regularizar, mais as áreas estaduais. O que o INTERMAT, o que o MT Fomento vai trazer para regularizar o que é do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Sabemos que a Secretaria está buscando convênio com o MT Fomento, mas cabe ao Estado fazer essa regularização.

Terminando minha fala, a regularização fundiária nada mais é do que um direito, que é o direito da moradia digna, que garante o direito à propriedade.

Então, temos que pensar que nós não estamos aqui falado, conversando, diagnosticando, colocando problemas apenas porque queremos regularizar e queremos entregar título aos cidadãos várzea-grandense. Não. Nós queremos fazer uma regularização com moradia digna, com projeto urbanístico, com preservação do meio ambiente, com preservação dos direitos sociais.

Então, pensem nisso. Não pense na regularização fundiária apenas na entrega das Concessões de Direito Real de Uso-CDRU ou de uma escritura. Pense em algo mais e vamos tentar buscar algo mais para o nosso município.

Muito obrigada a todos!

Uma boa tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Agradeço a Sr^a Flávia, que trouxe a importância da Audiência Pública, porque aqui conseguimos reunir o Poder Judiciário, os Poderes Legislativos municipal e estadual, e também o Executivo, tanto o Poder Executivo municipal quanto estadual, aqui representado pela representante do INTERMAT.

A Sr^a Flávia nos traz uma questão fundamental, que é o comprometimento do Poder Executivo, porque apenas a vontade de fazer não resolve.

Nós temos que ter o comprometimento, inclusive com a rubrica orçamentária, com a destinação de recursos para a contratação de pessoal, para a contratação de trabalhos técnicos, para que possamos, sendo tratado como uma política pública prioridade dos Governos, avançar.

A questão das áreas do Estado, por exemplo, que ainda não tem documentação, não é um problema só para o particular, é um problema para o município, por exemplo, quando quer construir um equipamento público, e ela citou aqui equipamentos que foram construídos já e que não têm documentos, mas nós temos muitos equipamentos que o Governo Federal não libera o convênio, não firma o convênio para liberar recursos se não tiver apresentação do documento de domínio. Então, é importante sua fala.

Convido o nosso querido Defensor Público, Air Praeiro, que é Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária. Com isso ele completa o Poder Executivo, Poder Legislativo, Judiciário, a OAB já falou, e ele que olha por aqueles na defensoria que não têm condições de ter seu advogado.

Depois do Sr. Air, para finalizar as falas da mesa, o Presidente desta Casa, Francisco Curvo, que vai encerrar, para que possamos abrir as falas ao público, para a platéia, 12 inscritos, o povo quer participar hoje aqui.

O SR. AIR PRAEIRO ALVES - Deputado Valdir Barranco, eu preciso deixar claro aqui a minha irrisignação, porque fui o último a falar. E ante essa “pleia” de tribunos não resta nada para eu falar (RISOS).

Gostaria de saudar Vossa Excelência pela brilhante iniciativa, saudar o Dr. Alexandre Elias, o nosso particular amigo, em nome de quem eu cumprimento as autoridades da Mesa; na pessoa do Dr. Edvaldo, eu gostaria de saudar a plateia aqui presente.

E dizer o seguinte, Deputado, nas academias nos ensinam de uma forma muito clara: “esse país nasceu de posse. Primeiro, pelas sesmarias, depois se o argentino não acordasse, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Brasil estava lá do outro lado além do Tratado de Tordesilhas”. Verdade! Quando eles se assustaram nós estávamos lá no Chuí, na posse, na posse.

As legislações vigentes sobre regularização fundiária chegavam ao cúmulo de se ter até a carta do padre, registro do padre com o registro paroquial como domínio. Até que, finalmente, a Lei nº 6.015 botou uma pá de cal sobre a matéria e passamos a ter agora um registro.

Enganam-se aqueles que entendem que a regularização fundiária, Dr. Alexandre, subsume-se apenas na entrega do título, de um CDRU, de uma CUEM. São trabalhos multidisciplinares e multifacetários.

A colega deixou muito evidente aqui, porque importa considerar atitude jurídica, atitudes ambientais, atitudes sociais e, principalmente, atitude humanística. Porque é a atitude urbanística que fixará o cidadão naquele lote.

De nada adianta entregar o título se eu não fixá-lo lá. Não tiver, como a senhora disse, uma creche, uma escola, uma pavimentação asfáltica, um pequeno mercado.

(A PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. AIR PRAEIRO ALVES – ...ante a ausência desses equipamentos comunitários eu não posso falar, Dr. Alexandre, em regularização fundiária. Nós estaríamos cometendo uma utopia, brincando de regularizar fundiariamente.

E por ser disciplina multifacetada, multidisciplinar, é necessário e importante que os órgãos do Executivo caminhem com o que se planeja. Eu cito um exemplo e conclamo aqui a Dr. Iza Karol Gomes, que me perdoem o desabafo, mas a Defensoria Pública pelo menos o meu núcleo, doutora, é responsável por todas as iniciais possessórias de Cuiabá, e que é muito. E mais, nós trabalhamos com um público hipossuficiente e a grande maioria das vezes em que nós tentamos manejar uma ação de usucapião, no deparamos com uma exigência, em bem verdade, legal, mas exigência que aquele cidadão necessita fazer a geomensura do seu lote, ele mal tem dinheiro para pagar o ônibus para ir até a defensoria e quando nós oferecemos as coordenadas geográficas e falo isso porque sou engenheiro civil, as coordenadas geográficas dos vértices, que com isso o consubstanciariam o INTERMAT para nos fornecer pelo menos o adquirente primitivo, para que numa pesquisa cartorial eu chegue ao último adquirente, nos deparamos com essa exigência.

Confesso à senhora, eu vou lhe dizer e desculpe-me o desabafo, que cheguei a pensar em uma ação civil pública contra o INTERMAT, mas sou daqueles que entendem que o dialogo ainda é melhor que a judicialização e vou tornar novamente a ribalta do INTERMAT, para que nós possamos resolver e equacionar esse problema e isso não subsuma-se apenas, Deputado Valdir Barranco, nas áreas urbanas, mas nas áreas rurais também, detentoras de domínio e que nós as vezes não sabemos quem é, nós nos esbarramos com essa impossibilidade de dar continuidade aquilo que se estabeleceu.

Então fica aqui o nosso pleito, que a senhora leve ao Presidente do INTERMAT, se assim entender, a necessidade de que estes órgãos responsáveis pela política de regularização do Estado caminhem juntos, porque o objetivo de todos nós são eles e nós só estamos no caso, porque eles existem e nós temos a obrigação de defendê-los (PALMAS).

E permita-me responder à Drª Débora, naquilo que pertine, Dr. Munir, sobre a questão das exigências cartoriais em que há, Dr. Alexandre, uma resistência sólida nesse sentido. Mas, medida provisória 759, resolveu-se por completo o problema e estabeleceu-se inclusive sansão ao notarial e registral que se recusar a exarar o título de domínio, sendo o primeiro título ou oriundo de regularização fundiária...

(O SR. MANIFESTANTE DA PLATEIA INTERPELA O ORADOR INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

O SR. AIR PRAEIRO ALVES - Mas é lei! É lei.

Eu encerro, Dr. Alexandre, dizendo o seguinte, nós temos a satisfação na medida que alterou o código de processo civil, houve uma retirada da ação de usucapião daquele tópico como sendo um tópico especial e remeteu para o procedimento comum, ordinário.

E quando se trata de regularização fundiária de cunho coletivo a exemplo do que nós estamos trabalhando em comum com o Secretário de Habitação, nós estamos substituindo, Dr. Alexandre, a antiga ação de usucapião que é uma ação civil pública, com preceito cominatório de declaração de lapso prescricional para fim de domínio. E por isso? Porque entendo... Primeiro que dentro daquela tessitura da malha viária, malha urbana, daquele lote de regularização há o que se chama de direitos individuais homogêneos.

E qual seria a grande pedra de toque disso? Em um usucapião, o juiz é obrigado, por lei, a intimar os quatro confinantes, imaginem uma regularização de quatrocentos lotes, não vamos longe, quatrocentos lotes, ele teria que intimar, mil e seiscentas pessoas, as vezes com um oficial de justiça na comarca, é a vida inteira e não vai conseguir intimar, ainda tem que intimar as três fazendas e mais os confinantes externos.

Na ação civil pública contrariamente, o magistrado poderia, apenas por cautela, pinçar dois ou três dentro daquela malha para confirmar aquilo que se levou ao julgamento dele. E intimar apenas quatro confinantes e mais as três fazendas. Consequentemente, Deputado Valdir Barranco, nós temos uma redução de tempo nessa ação considerável no processo.

Eu tenho várias ações em curso usando esse mecanismo processual, tivemos oportunidade de exportar esse modelo para a Defensoria Pública de São Paulo. Eu estou em Fortaleza agora dia 04, farei uma palestra sobre esse assunto, porque é uma inovação processual no sentido de agilizar a regularização fundiária.

Eu encerro, Deputado Valdir Barranco, lembrando-me das palavras que um poeta feliz dizia que o sonho que se tinha é apenas um sonho que se sonha só, mas o sonho que se sonha junto, como é o nosso caso, estamos nesta plêiade de pessoas tentando resolver um problema crônico do País, é realidade.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Air.

Para finalizar, eu convido para fazer uso da palavra o Presidente desta Casa, Vereador Benedito Francisco Curvo (Chico Curvo).

O SR. BENEDITO FRANCISCO CURVO (CHICO CURVO) – Em primeiro lugar, quero agradecer ao nosso Deus por participar de um momento muito gratificante aqui na minha terra natal, na minha cidade, onde eu represento o povo da minha terra junto com os meus colegas Vereadores, que fazem composição junto comigo.

Eu quero saudar e dar um abraço ao Deputado, autor desta reivindicação da sociedade mato-grossense na questão da regularização fundiária do nosso Estado. Cumprimentar o nosso Deputado Eduardo Botelho, que faz também parte da Frente Parlamentar junto com os Deputados Estaduais Wilson Santos e Gilmar Fabris. Temos que registrar essas pessoas. Dar um abraço ao Meritíssimo Juiz, já fiz uma amizade com ele aqui, pedindo orientação e conhecimento.

Mas antes de mais nada, quero falar uma coisa para vocês. Eu estou envaidecido de mais um dia da minha vida estar vivendo e aprendendo com as pessoas que têm mais conhecimento do que a pessoa do homem, do Vereador Chico Curvo. Eu sou uma pessoa muito humilde, Meritíssimo, vivendo e aprendendo cada dia que passa. A minha faculdade é o dia a dia da minha vida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Um abraço ao meu amigo, filho do nosso saudoso Deputado Estadual Nico Baracat, que também já foi Vereador desta Casa, Kalil, hoje representando a pasta, convidado pela Prefeita Lucimar Campos, Secretário de Habitação do nosso Município; dar um abraço nesse magnífico senhor Air Praeiro, Professor e Mestre, quero ir lá tomar conhecimento com o senhor só para eu aprender e transmitir para o meu povo, que muito nos procuram por novos conhecimentos; quero dar um abraço na minha querida amiga Flávia, conheço-a há 20 anos, também tem projetos importantíssimos na nossa cidade, e aqui quero citar com muita alegria a questão do Parque Tecnológico, que Vossa Excelência lutou tanto para trazer à cidade; no nosso amigo companheiro, também, o Doutor; a nossa Doutora que representa o INTERMAT; autoridades; nosso amigo Miguel, lá do setor rural, agora lá eu conheço, Dr. Carlos Garcia, zona rural é comigo, eu sou da zona rural, Doutor.

Quero falar aqui e até pedir autorização para Vossas Excelências para fazer algumas emendazinhas aqui, porque vamos vivendo, aprendendo, matutando aquilo e memorizando.

Aqui, nosso amigo Nelson, eu ouvindo o Dr. Alexandre colocar nome dos bairros que estão recebendo esse projeto em nível federal, estadual e municipal junto com o Poder Judiciário na questão da regularização fundiária. Dr. Alexandre, eu já estou no meu sexto mandato como Vereador de Várzea Grande, filho de lavrador, de costureira. E o meu sexto mandato, Dr. Carlos Garcia, estou acompanhando a questão da regularização fundiária nesta Casa.

Aqui já passaram vereadores, procuradores, advogados, eu sou formado em Educação Física, há 27 anos que eu parei de estudar, apaixonei, casei, nunca mais estudei, por isso que eu falo que a minha escola são vocês aqui, aprendendo no dia a dia com muita humildade.

E aqui eu quero fazer uma emendazinha, eu ouvi o senhor citando vários bairros. Como eu sou um Vereador como os demais colegas Vereadores, Vereador Ferrinho e Vereador Rogerinho, eu sou muito militante, porque eu gosto do meu trabalho. E ali... O Portal do Amazonas não está incluído no relatório do senhor, o Bairro Portal do Amazonas, Secretário Kalil.

Nós queremos aqui deixar essa emendazinha, com muita humildade, que fosse lembrado e colocado nesses bairros que o senhor citou aqui.

Também quero falar aqui um pouco de conhecimento da escola da vida. A nossa cidade aqui, Dr. Carlos Garcia, eu falo muito no senhor porque é um homem que estuda e busca, nós temos ainda no centro urbano de Várzea Grande algumas zonas rurais, dentro da nossa cidade. Então, nós temos aqui um setor com uma área de três hectares e meia, é zona rural e deve ser, no meu pouco conhecimento, uma zona urbana, porque está cercado pelas zonas urbanas da nossa cidade.

Mas um motivo de estamos aqui falando e representando meus colegas Vereadores e aprendendo, Vereador Ivan, eu quero falar que estou muito feliz, porque devido ao momento que nós passamos, do nosso dia a dia, da nossa vida, com as dificuldades que passa o Brasil, o mundo, acompanhamos por meio da imprensa as desigualdades sociais e tentando ver...

Eu acho que há resultado, há dez dias Doutor, nós assinamos um convênio para regularização fundiária... Vereador Rogério, nós reunimos com a Secretária do Meio Ambiente, Dr^a Elen, nós pedimos, ela pediu para nós questão de profissionais, Dr^a Flávia, para nos ajudar... A Câmara está trabalhando, nós reunimos em torno de 14 a 15 Vereadores junto com a Secretária.

Já levamos ao conhecimento do nosso Executivo, vai ter êxito, respaldo, vai ter resultado, nós ainda falamos: com isso, palavra do nosso querido Secretário, vai aumentar até a arrecadação do Município, porque vai trabalhar mais, vai gerar mais trabalho, iremos arrecadar mais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Então, no pouco conhecimento que nós temos aqui, nós queremos falar... No momento, eu moro no Paula II, a minha casa é escriturada, a qualquer momento que eu quiser fazer um cadastro junto ao Bando do Brasil, à Caixa Econômica, eu vou conseguir resgatar um dinheiro digno e honesto para eu até reformar minha casa, assim já vou fomentar aquele dinheiro pagando os profissionais, profissionais que eu falo... A maioria do nosso povo são pessoas humildes e trabalhadoras, pintores, pedreiros, eletricista, então nós vamos fomentar o dinheiro.

Isso, como bem disse a Dr^a Flávia, é uma ação social que vem ao encontro da sociedade. Então, eu como Vereador, como representante do povo, e hoje presidindo o Legislativo, até vou deixar registrado aqui que não é fácil ser gestor. Sou uma pessoa muito dedicada, busco parcerias com meus colegas, ainda bem que, na nossa gestão, nós temos doutores advogados, doutores da medicina, buscamos o conhecimento, a parceria para não fazer coisas erradas, e é até um pouco de orgulho, de ter um nome a zelar, com 06 mandatos de Vereador, temos um nome a zelar, temos que fazer tudo certo, o mais certo possível.

Quero dar um abraço aqui no Dr. Fernando Sé, no meu primo Artur Metelo, que se encontra aí, e falar aqui que, do pouco que eu sei, a vontade é grande de trazer o melhor para a sociedade várzea-grandense, até porque - vou registrar aqui - eu sou chefe de família, tenho três filhas e amo o povo de Várzea Grande, que faz por merecer.

Eu quero, Dr. Alexandre, ao senhor, ao Deputado Valdir Barranco - não conhecia Vossa Excelência, só através do meio de comunicação - desejar toda a felicidade do mundo, porque eu sei que a missão de Vossa Excelência não é fácil.

Registro também a missão da legalização fundiária de Várzea Grande, Dr. Carlos, que não é fácil, não, não é brincadeira, porque o que nós temos aqui e vamos falar... Tivemos uma demanda, há vinte dias, com o Bairro Joaquim Curvo, onde há mais de duzentas famílias, famílias que tem documento, famílias que estão na área de risco, famílias que estão na APP - Área de Preservação Permanente, famílias que não tem documento, e eles querem a legalização fundiária do Bairro Joaquim Curvo. Nós levamos ao conhecimento da gestora, junto com os nossos secretários, junto com os advogados, com a Procuradoria do Município, para tentar legalizar.

O que quero deixar aqui, a Câmara Municipal de Vereadores, com essa força que está aqui unida, nós estamos, sim, trabalhando para fazer o que é de melhor para o nosso povo, porque somos filhos de trabalhadores, de lavrador, e falo com muito orgulho, lavrador, meu saudoso pai não está mais aqui, e de cozinheira, minha mãe não está mais aqui, nós somos trabalhadores e queremos o melhor, porque nós somos a família várzea-grandense que amamos.

Agradeço muito a Assembleia Legislativa, através de sua iniciativa, e que Deus ilumine Vossa Excelência nessas andanças dentro do Estado de Mato Grosso e tenho certeza de que vai ter resultado e respaldo.

Muito obrigado pela oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Presidente Vereador Chico Curvo, quero registrar a presença do meu amigo Lauro Correa, e dizer que a mesa desta Audiência Pública está extremamente qualificada, do ponto de vista do direito agrário: Dr. Muniz, Dr. Air Praiero, Dr^a Flávia, Dr. Elvis, que tem conduzido muito bem a nossa Câmara Setorial Temática e o Dr. Alexandre, que é o Juiz de Direito, que está representando o Fórum e que traz a justiça para mais próximo do cidadão.

Quero já iniciar as falas do nosso público, convidando ele que estava inscrito primeiro para fazer o uso da palavra, o nosso Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, nosso amigo Miguel.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Também, Dr^a Iza, quero dizer que lá na Câmara Setorial, na Assembleia Legislativa, já estive com o Dr. Cândido Teles, e estamos lá para sermos parceiros.

E o objetivo dessas Audiências Públicas não é outro, senão reunirmos informações e nos unirmos também, como disse o Dr. Air Praeiro, uma plêiade de pessoas bem intencionadas e com vontade de ajudar o INTERMAT. Os problemas são gigantes, mas todos unidos, haveremos de avançar na questão da regularização fundiária urbana e rural do Estado de Mato Grosso.

Leve ao Dr. Cândido Teles o nosso abraço e essa nossa mensagem da parceria, principalmente aqui de Várzea Grande, que está muito avançada já com a participação na Comissão de Regularização Fundiária, tanto do Fórum quanto da sociedade civil e da Prefeitura Municipal e, obviamente, Vereador Chico Curvo, da Câmara Municipal participando.

Com a palavra, o Sr. Miguel Francisco dos Santos.

O SR. MIGUEL FRANCISCO DOS SANTOS - Em primeiro lugar, quero cumprimentar a mesa, o companheiro Deputado Estadual Valdir Barranco, cumprimentar o nosso pessoal presente, os Vereadores, Presidentes de Associação, todo mundo presente.

Eu quero dizer, Deputado... Eu não vou tomar muito tempo, se nós tivéssemos que falar, iríamos falar a tarde toda de tanto problema que tem. Eu quero ser bem curto com as minhas palavras.

Eu quero dizer que é uma iniciativa muito importante. Nós já sabemos que tem alguns trabalhos devagarzinho, mas começando no nosso Município. Nós sabemos que ainda é muito pouco, e a questão é que nós existimos no Município.

Falaram bastante das áreas urbanas, eu estou sentindo que não é só a área urbana de Várzea Grande que está com problema, nós sabemos que é o Município de Várzea Grande todo. Nós temos a zona rural, que nós temos vários assentamentos, e faço a cobrança do Deputado para que nesses debates tenha a presença do INCRA, que é o órgão mais responsável por esse trabalho, e nós temos vários assentamentos do INCRA, Sadia III, Dorcelina, Sadia I e outros lugares que estão emperrados por isso. O nosso Procurador disse uma coisa bem certa, tem coisa que está emperrando e que precisa de uma ajuda do Município e do Estado, não só da União, porque nós sabemos que o dinheiro que vem de lá é muito pouco.

O Estado de Mato Grosso nós sabemos que tem mais de 500 áreas de assentamento, toda ela ainda para ser regularizada. E nós sabemos que é um problema sério e tem que ter uma posição séria dos municípios, do Estado e do Governo Federal, senão vamos passar séculos e séculos aqui e não vamos resolver um terço do que tem o Estado de Mato Grosso e nem o Município de Várzea Grande. Foi dito bem claro pelo nosso Vereador, Presidente da Câmara, que 99% o Município de Várzea Grande está precisando da regularização fundiária. Nós vamos aqui nos chacareiros, tem os companheiros, o Presidente da Associação do Formigueiro, quantos chacareiros têm ali? Centenas e centenas de chacareiros ali trabalhando, precisando de um empréstimozinho para fazer alguma coisa e está lá emperrado, porque não tem o documento, foi dito bem claro aí, uma situação que está pegando muito claro para nós mesmos, Sadia I, Sadia III.

Nós temos que fazer o geo, nós que temos que pagar o geo do nosso bolso, e os coitados dos trabalhadores que lá está há vinte anos naquela área, que recebeu o financiamento há quinze anos do PRONAF, e nunca mais saiu empréstimo para nada, não tem condições.

Quer dizer, se não tomarmos uma posição, estamos criando o quê? Favelas rurais nos nossos assentamentos. Ninguém consegue viver sem ter condições financeiras. Um grande proprietário se ele ficar um ano sem ter o financiamento do Banco do Brasil, ele não produz nem um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

caroço de soja. E o pequeno tem que ficar lá anos e anos sem ter o financiamento para nada...(PALMAS)

Eu acho uma injustiça muito grande.

Então, por isso que eu acho que é um início muito bom, mas temos que levar isso muito a sério mesmo e bater duro, porque estou sabendo que o Governo Federal passou trezentos milhões para o Estado de Mato Grosso para a questão fundiária.

Nós temos área que só uma área custa 70 milhões para ser legalizada e pagar o decreto dela que foi desapropriada, e o restante das outras quinhentas e tantas áreas no Estado de Mato Grosso?

Então, se os municípios, se o Estado não abraçarem essa causa, junto com os Vereadores, Deputados, nós ficaremos aí... Vai passar de pai para filho, neto, bisneto, e nessa mesma situação, nessa mesmo lenga-lenga. Por quê? Porque a situação é séria. Nós sabemos que dar um pedaço de terra para o pessoal lá é bom, é? É. O pessoal que tem uma casinha aqui é bom, mas só que não é só isso que resolve o problema, já foi dito aqui por todos vocês, o que tem que ter primeiro é o registro. Quando nasce um filho, a primeira coisa que nós fazemos é registrar, se não registrar, ele não é sequer um cidadão brasileiro.

E assim são as propriedades também.

Nós do movimento dos sindicatos, estou no movimento do sindicato há quarenta anos, já passei pela ditadura, estou aí lutando, mas sempre com esse problema, a zona rural e os pequenos sempre ficam para segundo plano.

Tem que mudar a sociedade, nós só seremos um País de primeiro mundo se começarem a olhar aquele pequenininho lá do sítio, tem que começar a olhar para aquele pessoal. (PALMAS)

Nós nunca seremos um País de primeiro mundo com tanta gente miserável, passando fome, sem ter onde morar, ou morando numa situação degradante.

Por isso, senhores, Vereadores, é muito importante. A nossa Câmara de Vereadores aqui, Chico Curvo, e os outros Vereadores, têm que abraçar essa causa mesmo, sério, levar para o plano e vamos fazer com que isso aconteça, que é um pouco da renda.

Eu fico muito sentido e gosto demais do Município de Várzea Grande. Sou morador aqui há mais de 20 anos e fico um pouco triste, porque quando vamos à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura – vejo a Secretária aqui - não tem um real, nem um carro para fazer uma visita na zona rural (PALMAS).

Isso me deixa triste, porque sabemos que é daí que nasce a riqueza; é daí que nascem as questões sociais, é daí que nascem todos os problemas.

Então, eu acho que é muito importante debater, mas temos que levar isso a sério, representante da Prefeita. A Prefeita tinha que estar aqui. Ela tinha que no orçamento dos Vereadores colocar umas coisas para zona rural, lembrar que lá no Sadia III, no Sadia I, na Durcelina, no Formigueiro e no Carrapicho têm sobreviventes também.

Então, quando for fazer o orçamento do município lembrar, Vereadores, que tem que ter uma parcela para dar condições à Secretária fazer alguma coisa.

Eu fico vendo o Município vizinho de Nossa Senhora do Livramento e fico com inveja. É um município onde a renda do ano não dá a renda de um mês do Município de Várzea Grande, porque lá eles têm uma patrula mecanizada digladiando a terra para os pequenos; tem um APC fazendo tanque de peixe para os pequenos e aqui em Várzea Grande não tem nada disso (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Será que nós não temos pequenos trabalhadores aqui? Então, os Vereadores quando forem montar o plano do orçamento do município, lembrar que tem que ter uma parcela do bolo para o pequeno, ao menos uma migalhinha para ele sobreviver. É com relação a esse ponto que fico sentido.

Mas tudo é começar. Fico muito contente de ver o Poder Judiciário – há uns não víamos isso - falando das necessidades que precisamos.

Eu quero agradecer a vocês e pedir desculpas pela franqueza em dizer o que precisamos. Estamos à disposição. Sou Presidente do Sindicato, estou ali na Capela, numa ranchinho, correndo atrás dos problemas dos nossos companheiros.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Miguel.

Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Fernando Lima, pescador profissional de Várzea Grande.

O SR. FERNANDO LIMA – Boa tarde a todos e a todas!

O Presidente desta Casa, o Vereador Chico Curvo, já saiu, mas eu quero agradecer esta Audiência Pública, Deputado Valdir Barranco, com gratidão.

Quero agradecer, neste momento, esta importante Audiência Pública que se realiza aqui dentro do meu município, onde convivo há 24 anos, no Bairro Novo Mato Grosso, onde já ouvi alguma má fala do meu bairro e não gosto que fala da minha comunidade. Primeiramente, porque ela não é favela. Nós não temos mais favela dentro do País brasileiro, temos comunidade. Temos comunidade familiar; comunidades de jovens; comunidades das mães, assim como temos audiências e associações anônimas.

Está Audiência Pública de hoje é para tratar daquelas pessoas que estão sendo discriminados anos e anos.

Eu vejo discursos, Deputado Valdir Barranco, de pessoas que estão acostumadas a pisar nos cidadãos que eles representam. Estamos há anos e anos pagando impostos. É difícil você arrumar 80 reais; é difícil arrumar 200 reais, como pagamos em 2010, para ter a escritura de uma casa e ter o direito de entrar no loteamento do Governo, e quando chega lá você não consegue nada porque esse papel não vale nada.

Nós precisamos que sejam cobradas, Excelências - Vossas Excelências que estão dentro da lei, que tem o poder, que podem aprovar nesta Casa e sancionar como lei - as exigências e abrace a sociedade, a precisão de cada cidadão que os senhores representam. Precisão do cidadão não é só um dia não! Fulano dá tapa nas costas de um: “desta vez vou fazer. Está aqui o título”, esse título que nós pagamos no Cartório 80 reais, quando chegamos ao lugar pagamos 200 reais; chegamos a outro lugar pagamos mais 63 reais e quando você chega à Caixa Econômica Federal para vender, não vale nada. Não vale nada.

Isso é o que, Excelência? É lambança, e lambança neste País tem que acabar. Lambança de político tem que acabar.

Nós estamos 1.200, Excelência, assinaturas, pessoas que pagam documentos como se deve pagar para ele ser um cidadão, e quando passa a procurar os seus direitos ele não é mais do que um cachorro sarnento. Não é mais do que um cachorro sarnento.

Quero agradecer a Vossa Excelência e pedir que me perdoe, porque estamos revoltados.

Nós vamos dar um espaço a essa Prefeita que está com vontade de abraçar a precisão do cidadão que ela representa, mas nós precisamos ser vistos como cidadão, não só no dia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

de uma decisão, mas, sim, desde o dia que nascemos e podemos determinar o dia da nossa vida como cidadão brasileiro.

Peço perdão aqui a vocês por esta fala. Nós estamos fazendo um abaixo-assinado, Vereadores Ferrinha, Carlos e Ivan, do PT, porque queremos saber de todo o dinheiro que pagamos e vamos encaminhar à Juíza do Ministério Público Federal. Queremos todos os nossos direitos.

Estamos cansados de tanta propaganda enganosa na televisão de dizerem: “Isso aqui é um documento”. E quando chegamos ao Cartório Eleitoral ou cartório aqui, em Várzea Grande, eles falam. “Isso aqui não vale nada”. Não vale nada para nós, mas para pagar com o nosso dinheiro, tirar o dinheiro de um litro de leite para descontar de uma merenda que o nosso filho vai à escola, um passe de ônibus que os nossos filhos não têm e temos que pagar 50 centavos, nós somos obrigados a dar dinheiro para uma pessoa e depois não valem nada.

Isso tem que acabar, Deputado! E Vossa Excelência, um representante não só do Município de Várzea Grande, mas, sim, dos 141 municípios que têm o Estado, parabéns a Vossa Excelência! Se tivesse uma nota de 300, eu daria ao senhor. Eu vou dar nota dez, porque em seu gabinete, sempre tenho falado aqui aos Vereadores Ferrinho, Ivan, do PT, tem pessoa que abraça sem qualidade e o Brasil precisa de pessoas como Vossa Excelência tem ao seu lado.

A sua vontade, Deputado, vai só fortalecer, como esta Casa tem que ser fortalecida para trazer o benefício da sociedade que Vossa Excelência representa.

Muito obrigado. Desculpe-me. Meu nome é Fernando Lima. (PALMAS)

O SR. ARI PRAEIRO ALVES – Fernando, só um pouquinho.

Quando o senhor disse que o título não vale nada, você está se referindo a uma concessão de real de uso que lhe foi fornecido, ou lhe foi fornecido pelo INTERMAT um título definitivo que depois que você teria que transformar no cartório em registro. Qual é essa figura jurídica? Apenas para entender.

O SR. FERNANDO LIMA – Doutor, em 2010, saíram pessoas do atual gestor do município que cobrou da cada morador 200 reais que era para fazer a escritura. Quando ele chegou à habilitação, Excelência, pagou mais 60 reais; quando foi ao cartório do município pagou mais 82 reais; e quando foi ao cartório de imóvel abrir firma para reconhecer aquele documento, ele não valia nada.

Não me levem a mal, é porque não sou formado como Vossa Excelência que tem conhecimento de Leis, mas é o que está acontecendo. Aqui estou sozinho.

O SR. ARI PRAEIRO ALVES – Olha, se for uma concessão é uma espécie de legitimação de posse, que é concedida pelo Poder Público e é uma concessão.

Qual foi a finalidade do legislador quando criou a CDRU ou o CUEM, que é concessão de uso para fim de moradia?

O SR. FERNANDO LIMA – Excelência, eu...

O SR. ARI PRAEIRO ALVES – Se o senhor me permitir concluir, o senhor vai entender.

O SR. FERNANDO LIMA - Pode concluir, Excelência.

O SR. ARI PRAEIRO ALVES – Muito bem.

Essas concessões, a visão do legislador foi exatamente a seguinte: se se expede o título, o domínio, a escritura, como queiram, muitas vezes o cidadão acaba alienando, vendendo e a CDRU você é obrigado a tê-la consigo sem permitir a venda por um período de cinco anos, mas ela vale como um título, ela é levada a registro, Dr. Alexandre, é levada a registro, inclusive se transmite pelos meios hereditários, ou seja, se o senhor morrer, seus filhos adquirem essa concessão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Então, o que você talvez esteja irredignado, você está irredignado, é porque muitas vezes falta o conhecimento por parte daquele que não levou a registro a sua concessão, mas a concessão é sim uma garantia do trabalhador, muito embora eu tenha posição contrária a CDRU e a CUEM, tenho, eu entendo que deva ser expedido o domínio, senão você está brincando de fazer regularização.

Enfim, de qualquer forma é um documento válido, é um documento válido, inclusive levado a registro. Entendeu?

O SR. FERNANDO LIMA- Só para finalizar a pergunta a Vossa Excelência.

Quando nos revoltamos é por aquelas ilusões que vêm a nossa frente. Você como cidadão brasileiro que quer comparecer com um pequeno imposto, você não tem condição de pagar o grande porque você não tem uma grande empresa e você chega num lugar em que você não consegue ser aquele cidadão, porque o documento que você paga há anos não vale.

Nós precisamos entender por que tanto dinheiro e por que tanta demora e não podemos entrar num financiamento do Governo Federal para fazer um quarto melhor para sobreviver.

O que perguntamos é: será que não somos gente?

Vivemos numa casa de empréstimo, de favor, como têm muitos por aí que dizem que são formados.

Ah! Se ele não quiser pagar esse imposto, na hora que a prefeitura quiser tomar ela toma.

E a nossa outra preocupação, Excelência, é que tem um cidadão, um grande empresário em Várzea Grande, que a maioria das casas dos bairros de Várzea Grande ele é dono.

Nós queríamos saber qual foi o dia que ele levou um tijolo para construir a casa de alguém lá.

Nós gostaríamos de saber quem é Sérgio Navaian, quem é o seu fulano de tal, que tem o nome na casa de cada cidadão brasileiro que mora em Várzea Grande.

Precisamos saber quem é esse pequeno empresário. Primeiramente vamos fazer uma pergunta do nosso direito. Nós queremos saber que dia ele levou um saco de cimento para construir meus dois barracos? Que dia foi que ele levou um trator para limpar uma sujeira de frente a minha casa, a não ser um caminhão que passa de semana em semana.

Quando a doutora falou aí, claro, uma escritura não é só uma escritura. Falar de regularização fundiária no Estado não é só isso, temos que ter várias coisas pautadas no conhecimento.

Quando nós pagamos, Vossa Excelência, nós não adquirimos.

Só é limpo na cidade, só tem coisa no foco da cidade. Não. Quando nós tivemos no dia da decisão, nos buscamos todos os cantos da cidade, seja favela, seja o que for, vamos buscar o direito.

Por que não passa esse direito para todo cidadão que o tem. (PALMAS)

A SR^a FLÁVIA PETERSEN MORETTI – Sr. Fernando, onde emperra essa situação de dar o domínio de vez da escritura do imóvel é justamente na legislação federal, na responsabilidade fiscal do órgão do gestor público, uma vez que ele não pode doar, entregar bem público. Entendeu?

Por exemplo, as áreas públicas do município dão um CDRU por dez anos Sr. Edivaldo? De cinco a dez anos. Uma concessão de uso emperra na lei federal, não é uma lei municipal nem é uma lei estadual, é uma lei nacional de nível federal e teríamos que tratar com os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Deputados Federais e nossos Senadores para mudar. Mas a gente tem mais do que a questão da lei da concessão de regularização fundiária via CDRU, via concessão de posse.

Nós emperramos também na lei de responsabilidade fiscal, da licitação, das leis de licitação das áreas públicas de concessão, não é Dr. Alexandre?

Então, essa MP, o doutor está aqui assoprando para mim, é uma verdade, essa MP 759/2016, que começou a valer agora em 2017, está valendo, é uma MP que vai facilitar essas concessões, essa transmissão de bens públicos para os baixa renda, para quem tem fins de regularização fundiária.

Não sabemos como isso será aplicado em nível municipal, isso o município terá que estudar e implementar, mas realmente o município não dá a CDRU para não dar o direito seu, da sua casa, da sua escritura. Ele dá porque é um instrumento que o município tem para poder conceder a você a posse daquele imóvel.

Entendeu?

É uma indignação, eu também sou contra, o Dr. Air Praeiro, da Defensoria, tem a mesma posição que eu como advogada.

Nós vemos que a CDRU não dá o direito livre do cidadão financiar o imóvel na Caixa Econômica para pegar empréstimo para construir, para aumentar a casa, ou fazer melhoria em seu imóvel, não dá o direito a venda, mas é justamente esse o motivo, não dar o direito a venda, para que o cidadão fique assentado naquele lote, naquela residência, naquele local.

Então, só para esclarecer sobre o porquê recebi uma coisa que aparentemente não posso transferi-la, vendê-la ou dispor, porque o objetivo da regularização fundiária é fazer com que aquele cidadão que não tem onde morar, fique garantido dele o direito da moradia digna naquele local e que não vai fazer aquilo de especulação imobiliária, de venda, vender e ficar sem o lugar.

A mesma coisa acontece no Programa Minha Casa Minha Vida, financiado pelo projeto, porque aquele cidadão que vende a casa perde o direito ao imóvel, inclusive quem comprou indevidamente por terceiro, estamos com várias ações de despejo da Caixa Econômica despejando. Perde o direito, porque entra no programa para assentar essas pessoas, para colocar aquela pessoa naquele imóvel, não para fomentar a especulação imobiliária.

Entenderam?

Então, o objetivo da CDRU é o cidadão ter a posse. Complicado porque ela não tem validade para fins de financiamentos, para reformar, essas coisas e os cidadãos teriam procurar outro programa social de fomento do município para poder ter.

Muito obrigada.

O SR. FERNANDO LIMA - Excelência, estou finalizando minha fala.

Muitas vezes não temos as informações, mas estamos informando o que acontece, o que passamos.

A maior revolta, doutor, é quando pedimos ao município que nos encaminhe o IPTU no nome do nosso cidadão e quando você vem pegar o parcelamento, porque você não pode pagar de uma vez, está no nome de fulano.

Desde a Constituição Federal do País que eu sou obrigado a pagar conta em nome de outra pessoa. Não existe!

Muito obrigado. Peço perdão.

Muito obrigado a Vossa Excelência, Deputado Valdir Barranco. Venha a esta Casa mais vezes. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Fernando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Como são muitos os inscritos, vamos seguir aqui o Regimento. Cada um terá direito a três minutos e com dois minutos ela já vai avisar. Então, quando ela levantar o aviso, já sabe que tem um minuto para concluir.

E, no final, se algum da Mesa quiser responder, se for feito algum questionamento, todos vão falar, e a Mesa responde.

Com a palavra, a Sr^a Maria Aparecida Nascimento, Cidinha, Presidente da Associação de Catadores Mato Grosso Sustentável-lixão Várzea Grande – ASMATS.

A SR^a MARIA APARECIDA NASCIMENTO – Boa tarde a todos!

Eu pensei que eu teria o mesmo tempo do Fernando, eu fiquei muito feliz, mas tudo bem.

Eu quero agradecer à Mesa composta. Eu fiquei muito feliz de ter essa oportunidade de falar hoje.

Como todos me conhecem, eu sou a Cidinha, catadora. Sou do movimento da economia solidária. E nesse movimento, nós pedimos muito a inclusão da nossa classe. Mas a Lei nº 12.305, que foi feita, em 2010, nunca foi executada. Eu sei que aqui na Mesa há pessoas muito comprometidas em ajudar o catador. Duas pessoas particularmente que sempre ajudam os catadores há algum tempo, que já vêm fazendo isso, que são os doutores Air e Muniz. Eles ajudam os catadores da ASMAT, da qual eu sou a Presidente e da COOPONE, que é a Cooperativa de Poconé. Eles têm um projeto e sempre fazem a destinação final correta do reciclado.

Eu estou dizendo o seguinte. Há alguns dias, teve uma Audiência pública nesta Casa e nós não estávamos no plano do município. Nunca estamos! Mas a Dr^a Maria Fernanda nos convidou, os Presidentes de Várzea Grande, que são cinco e falam assim: “Na ASCAVAG, os companheiros estão tem um barracão deste tamanho (FAZ GESTO DE MENÇÃO AO TAMANHO) do qual a Prefeitura de Várzea Grande paga o aluguel há alguns anos e que todo gestor, que passa pela Casa, vem humilhando.”. Eu estou mentindo, companheiros?

(ALGUÉM DA PLATEIA RESPONDE – NÃO!)

A SR^a MARIA APARECIDA NASCIMENTO - Eles vêm humilhando para continuar pagando aluguel para eles. (PALMAS)

Os meus companheiros do lixão de Várzea Grande, eu sou Presidente da Associação de Catadores Mato Grosso Sustentável Lixão Várzea Grande – ASMATS, lá existem quatro associações, a nossa e mais três. E nós chegamos ao local e pedimos a inclusão, porque a lei é federal e pedimos para executar essa lei, mas nunca foi feita essa lei no nosso município.

Existe um TAC, que o movimento de catadores nacional, há alguns anos, assinou um TAC, pela Dr^a Maria Fernanda (PALMAS).

E também pelo Prefeito Sebastião Reis.

E esse TAC está engavetado faz alguns anos e nunca foi cumprido.

Então, eu peço a ajuda da OAB.

Hoje, eu perguntei para uma conhecida do movimento da economia solidária, Terezinha Furtado, perguntei: “Terezinha, o Deputado Valdir Barranco vai comparecer?”. Ela falou: “Com certeza, Cidinha.”. E eu vi o Deputado aqui hoje... Eu tenho mais dois minutos só (RISOS)...

Fernando falou meia hora, brigou, xingou. Eu só quero expor aqui um anseio, e digo uma coisa para vocês, assim como o Fernando fica naquela revolta, eu sempre falo para os meus companheiros: nós temos que lutar na democracia e na diplomacia, nunca fazer barracos, eu não gosto de barraco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Eu também vim aqui como moradora de Várzea Grande, eu sou várzea-grandense, eu sou daqui da terra.

Eu vi que no plano... Eu quero dizer ao Kalil que o pai dele foi um grande companheiro da Cidinha, de muitas lutas. Seu pai tinha um projeto de regularizar os moradores do Imbauval.

(A PLATEIA SE MANIFESTA)

A SRª MARIA APARECIDA NASCIMENTO - Eu moro no córrego do Imbauval, centro de Várzea Grande, não tem asfalto na nossa rua, aí o pessoal pergunta: “onde você mora, Cidinha?”. Eu moro em uma quebrada ali do centro (RISOS)... Porque lá é centro de Várzea Grande, mas têm alguns asfaltos que só no documento faz vinte anos que foram feitos, mas não existem.

Olha, muito obrigado, desculpem-me por alguma coisa, mas eu quero pedir para vocês que executem essa lei dos catadores, porque quando chega... A Drª falou em nos doar a terra. A Secretária Elen, com muita luta, já esteve e nós já fomos na Assembleia Legislativa. O que acontece? Querem dar um terreno para nós que não tem luz. Como que vou pensar os materiais sem luz?

PARTICIPANTE DA PLATEIA: Regularização Fundiária tem que ter tudo!

A SRª MARIA APARECIDA NASCIMENTO - Tem que ter tudo, a inclusão do catador. Aí eu perguntei para o Secretário: “Não pode dar uma terrinha para mim lá na guarita?”. “Não! Lá está valorizado.”. Falei: Não pode dar uma terrinha para nós lá depois da Passagem da Conceição, eu sou várzea-grandense, eu sou um GPS aqui nessa Várzea Grande?”. “Não! Lá está valorizado, vai fazer uma ponte daqui a seis meses lá.”.

Então, o catador tem que ficar escondido a vida inteira? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Cidinha. O Vereador Sr. Ivan dos Santos Oliveira fará uso da palavra. Depois do Sr. Ivan, será a Srª Valquíria Pereira Barros.

O SR. IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Estadual Valdir Barranco, o qual preside esta Audiência Pública tão importante. Cumprimento o Sr. Kalil Baracat, em nome da Prefeita Lucimar Campos. Cumprimento as autoridades presentes. Cumprimento o Vereador e presidente da Comissão Fundiária desta Casa, o Vereador Garcia. Eu cumprimento a comunidade que nos assiste, em nome Sr. Zito Portela, morador eterno deste Município onde já foi Secretário do meio ambiente, esteve na adjunta da agricultura e fez um trabalho brilhante na Sadia III, é conhecedor da questão fundiária do nosso Município.

Sr. Presidente, eu vim também dessa luta de associação de moradores, fui presidente de bairro, e sou Vereador no segundo mandato, graças a Deus, eleito para um segundo mandato e as demandas são grandes dessa busca incansável do seu título, da escritura de cada lote aqui deste Município, onde já falaram, mais de 81% não tem documento, e é verdade.

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que a Câmara esta à disposição para votar a qualquer momento que aqui chegarem os projetos de regularização fundiária, haja vista que vocês sabem, nobres pares, que na quarta passada, votamos aqui em caráter de urgência, o nosso líder pediu a inclusão de um projeto importante na questão do bairro Vila São João. Então, estamos à disposição para, com Vossa Excelência, ir à busca dessa luta que já tem décadas de discussão.

Eu também queria dizer que a minha região, bairro Mapim, que é próxima da região ali, Vossa Excelência disse aqui do Terra Nova, bairro Jardim Esmeralda, a gente está sofrendo muito com esta demanda, o morador vem em busca de solução do Vereador e o entrave

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

está aqui, a discussão mesmo precisa gerar mais discussão em torno, porque, primeiro, o processo de usucapião é um processo legal, mas é demorado, e muitas daquelas áreas são propriedades particulares.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa e colocar à disposição como Vereador e pode ter certeza que todos os Pares estão à disposição. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, a Sr^a Valquíria Pereira Barros, da Associação de Catadores de Reciclagem de Várzea Grande, depois da Valquíria falará Elizeu da Silva (Xum Xum).

A SR^a VALQUÍRIA PEREIRA BARROS – Boa tarde a todos.

Fico muito satisfeita em saber que a Cidinha apresentou uma das pautas que nós entramos como reivindicação, que seria aquela inclusão de catadores, uma vez que nós ficamos um pouco frustrados em vermos que está discutindo a lei orçamentária do Município, sendo que nenhum planejamento municipal foi elaborado.

Sabemos que hoje a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Várzea Grande - ASSCAVAG tem suporte de uma pequena estrutura, como a Cidinha citou, de cem... Quatrocentos e cinquenta toneladas, Doutora, e uma da OAB é cliente nossa.

Mas sabe o que me admira? Quando se fala de doar terra ou doar uma área para a ASSCAVAG, eles querem doar um no lixão... Quanto mais invisível nós estivermos é melhor para o Município, isso é justo? Não é justo, porque o trabalho que nós fazemos na comunidade dentro do nosso espaço... Está ali a professora do CEJA. (PALMAS)

Hoje nós atendemos 50 pessoas cadastradas, fazendo a inclusão, voltando a ler e escrever, também temos os grupos das mulheres que estavam desempregadas, trabalham lá dentro da ASSCAVAG, são 36 famílias.

Mas eu não estou aqui enquanto ASSCAVAG, mas enquanto movimento. O que o movimento prevê? A inclusão socioprodutiva tem que ter qualidade de vida, mas para ter qualidade é preciso estar na área do lixão? Não é isso que fala a lei, a lei é bem clara, tem que ter inclusão com qualidade de vida, como a Dr^a Flávia citou. Como que a gente... Se nem o plano de ocupação do solo foi estudo, se nem a questão do mapeamento foi feito, não tem saúde, não tem educação, muitas mães dormem... Para outro dia garantir vaga para seus filhos e muitas vezes não assistidas. Então, a partir do momento em que você é registrado no cartório, o Município tem responsabilidade com você. Aí você vai tratar de educação como se esse viés não surge...

Então, o que nós solicitamos é que os catadores de lixão vão para dentro de uma instituição com qualidade e que o Município se preocupe com eles, dando a seguridade conforme está prevista na lei. Inclusive, Deputado Valdir Barranco, nós estamos pedindo a Vossa Excelência... Vossa Excelência mandou uma emenda, agradeço muito a sua participação. Hoje a ASSCAVAG vai fazer o quê? Industrializar, não é Zito?

Nós estamos pensando, além de coleta seletiva, em trazer atrativos para Várzea Grande, mas como? Se esta gestão não dá a seguridade para nós. É mais fácil colocar lá no lixão, fazer de omissos, não ouvir os catadores, não quer ter compromisso, não é isso que trata a lei.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Valquíria. Com a palavra, Sr. Elizeu da Silva (Xum Xum).

Nosso mandato destinou uma emenda à Associação de Catadores, Air Praeiro, eles vão adquirir um equipamento, uma fábrica de vassouras a partir de garrafas PET.

Quero também cumprimentar o meu amigo Alberíades, que está presente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

O SR. ELIZEU DA SILVA (XUM XUM) – Boa tarde a todos e a todas.

A questão da regularização fundiária no nosso País é muito grave, porque é uma briga do pequeno com o grande.

Na cidade não é viável fazer regularização fundiária por causa da especulação imobiliária. (PALMAS)

Na zona rural não é viável fazer regularização fundiária por causa do fazendeiro, Mato Grosso tem 5.000 fazendeiros, donos do Estado de Mato Grosso. Então, não é viável fazer regularização fundiária. Porque esses povos são detentores do poder. Eles criam mecanismos no Governo para os debaixo não andarem. Como que vai regularizar a comunidade? Sendo que, onde está o órgão, a documentação, o Estado é falho, é omissor.

Então, nunca vai acontecer, porque é uma briga de gente grande com gente pequena. E esse povo detentor do poder nunca vai deixar o pequeno crescer. E juntam esse mecanismo do Governo municipal, estadual e federal, porque em nosso País todo Governo que tentou fazer regularização fundiária foi deposto do Governo. Então, é muito grave a nossa questão. Então, temos que lutar, a sociedade brigar pelos seus direitos, porque só por meio do direito se pode mudar o direito.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Próximo inscrito, Sr. Jairo Antônio da Silva Borges, Presidente da ASCAF; depois do Sr. Jairo vai falar Sr. Guilherme da Silva, Diretor do Sindicato dos Aposentados de Várzea Grande.

O SR. JAIRO ANTÔNIO DA SILVA BORGES – Boa tarde a todos, a mesa, nossos Exm^{os} Juízes e Deputado.

Eu sou Presidente da Associação Comunitária Agrícola do Formigueiro - ASCAF, e falando a respeito da INTERMAT, já tem vinte e poucos anos que estou naquela comunidade brigando pela nossa regularização fundiária. Inclusive, o Dr. Air Praeiro já é conhecedor dessa situação nossa lá, porque o pessoal da Defensoria Pública já esteve lá conosco para fazer esse levantamento, para ver a nossa situação.

Nós pegamos uma Licença de Ocupação dada pelo Ex-Governador Blairo Maggi, e na época era Presidente do INTERMAT, o Jair Mariano, que cedeu para nós uma Licença de Ocupação - LO, só que hoje levo esse papel perante os órgãos, os bancos, não vale nada.

Então, é aquilo que sempre estamos brigando e batendo na mesma tecla.

Queremos parabenizar hoje o Deputado Valdir Barranco junto com toda essa mesa, que está aqui brigando pela regularização fundiária do nosso Estado e sabemos que agora vai acontecer o que vem ao encontro com a nossa necessidade.

Hoje a Comunidade de Formigueiro está passando por uma situação difícil. Lá nós não temos condições de plantar. Por quê? Todas são chácaras pequenas, as pessoas não têm uma máquina, um trator para fazer o trabalho de preparação do solo, quando chega a época que é para preparar o solo para podermos trabalhar as nossas áreas lá, não conseguimos uma máquina para fazer esse trabalho lá na nossa comunidade. Aí ficamos a mercê das outras comunidades que têm o equipamento.

Hoje Várzea Grande não tem uma patrulha que possa atender o nosso Município. Infelizmente, a nossa Prefeitura deixa muito a desejar nesse aspecto.

Nós temos a Secretária de Meio Ambiente, que vive numa luta constante lá conosco, que é a Elen. Então, sabemos do trabalho dela na Secretaria, ela vem lutando para tentar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

ver se consegue um equipamento para trabalharmos nas nossas áreas, mas até agora, infelizmente, não conseguimos.

Então, Deputado, Vossa Excelência está de parabéns, toda a Assembleia Legislativa está de parabéns por esta iniciativa junto com toda essa bancada, que são os nossos juizes, as pessoas que estão empenhadas nesse trabalho, porque eu vivo em Várzea Grande desde 1978, e eu nunca tinha visto uma ação dessa maneira.

Então, estão de parabéns, eu só tenho a agradecer a boa vontade de cada um, que está nessa luta, é uma luz no fim do túnel para quem é produtor e está lá, está vendo que agora tem um caminho para nós conseguirmos uma maneira de podermos trabalhar nas nossas áreas.

Parabéns ao senhor e a todos que estão aqui. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Guilherme da Silva, Diretor do Sindicato dos Aposentados. Depois do Guilherme, será o Sr. Alberides Alves da Silva.

O SR. GUILHERME DA SILVA – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Valdir Barranco, saúdo toda a mesa, já é a segunda Audiência Pública que eu participo, do Deputado, a da Reforma da Previdência... Em nome do Ferrinho e do Garcia, saúdo todos os vereadores. Em nome da Cidinha, saúdo todos os presidentes de bairro presentes. Em nome da Dona Rosinha, saúdo todas as mulheres.

Eu citei alguns pontos, não vou poder falar, porque são três minutos, mas eu queria já começar fazendo uma pergunta. Quando a Prefeitura cria um projeto de casa popular, como é o caso do Treze de Setembro, que hoje é Novo Mato Grosso... Em 1992, faz 25 anos, eu fui presidente por quatro vezes, fui presidente do Jardim Esmeralda, presidente do Parque Nova Era, atualmente, sou presidente do Planalto Ipiranga, presidente do sindicato, presidente da federação; já recebi Título de Cidadão Várzea-Grandense, Título de Cidadão Mato-Grossense, Título de Cidadão de Cáceres, Título de Cidadão da Reserva Cabaçal, e nesse trabalho que eu acompanho, eu viajo todo o Estado.

Eu queria saber... O colega pediu para citar o Maringá I e o Maringá II nessa emenda, porque não citaram. Eu queria ver assim, quando a Prefeitura, Doutora, faz um projeto, não é regularizado esse projeto? Como foi o Treze de Setembro, foi criada uma Cohab em 1992, foram dados os títulos, eu fui contratado pela Prefeitura para desenvolver o trabalho, lá no Treze de Setembro. O que acontece? Lá no Treze de Setembro, eu paguei pela escritura 200 reais, na época, 30 reais por mês, a chácara que eu tenho lá também eu pago imposto. Então, não vem a pessoa - não vou citar o nome - falar que não entra imposto, entra, sim, imposto sem a escritura também, porque eu pago imposto, pago taxa de limpeza, foram 60 reais. Na última, cobraram 900 reais, e nem a Prefeitura tem limpo, tá?

Então, o que acontece? Eu fui desapropriado do terreno, pago o imposto tudo em dia aqui no Parque Nova Era, e acabou que a Prefeitura não construiu as casinhas, e agora me devolveram. Quando passou para a Prefeitura, o IPTU estava em dia, agora não posso receber o terreno com o IPTU atrasado.

Então, o que acontece? Eu pergunto assim, Doutor, nessa fundiária que o nosso colega falou, nós temos um problema muito sério, há pessoas dentro do Poder Público que distribuem lotes, que não deveriam ser distribuídos, então, por isso que acontece o que está acontecendo. A pessoa vende um, vende dois terrenos e envolve o público. Então, fico pensando assim, como trabalhei 36 anos no Fórum, e dezesseis na Prefeitura, eu fico vendo assim, nós tentamos resolver de uma maneira, mas o que acontece é devido a que, Deputado? Audiência Pública, nós ficamos, preocupamos com essas audiências...o que acontece muito... Igual eu ouvi

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

falar: “Ah! É começo de política, ano que vem é política...” Vossa Excelência é um cara honesto, cidadão, é o primeiro mandato, Vossa Excelência está resolvendo e fazendo Audiência Pública.

Então, espero que seja regularizado, que se resolva, porque eu recebi a autorização da chácara para fazer a escritura, e quando eu fui fazer a escritura, o que acontece? Me deram uma área menor, eu tenho a autorização, mas não posso resolver.

Só isso que eu queria dizer, fazer essa colocação, obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Guilherme.

Com a palavra, o Sr. Alberides Alves da Silva, depois do Alberides, o Marcos de Oliveira.

O SR. ALBERÍADES ALVES DA SILVA - Boa tarde a todos, Boa tarde, Deputado Valdir Barranco, companheirada aqui, plateia.

Quero dizer que a fala do Xum Xum foi muito oportuna a respeito dessa situação que nós estamos vivendo. No Município de Várzea Grande, isso realmente acontece, por quê? As imensas áreas livres, vazias no centro de Várzea Grande, não é interesse? Claro que é interesse, interesse dos grandes, porque dos pequenos nunca é resolvido, os bairros, a periferia de Várzea Grande está cheia de problemas e cadê a ação pública que não resolve isso?

Então, esses são os problemas sérios que viemos enfrentando aqui. A prioridade que nós temos de discutir e debater isso, Deputado, é muito interessante.

Nós temos a questão do Bairro Engordador, que está daquele jeito, as pessoas precisando de documentos, a Prefeita precisa realmente se interessar por essa situação, porque nós vivemos isso, eu vivo em Várzea Grande, há 37 anos.

Eu vou citar dois casos de área pública, que foi ocupada, eu digo ocupada, porque as pessoas estão usando, mas de forma irregular. Na Vila Boa Esperança, num terreno onde era para construir um Centro Comunitário, há poucos dias, tivemos que ir lá tentar avisar o pessoal que era uma área pública, em que vai ser construído o Centro Comunitário, e há pessoas querendo ocupar para construir o barraco lá. Havia quatro, cinco pessoas dentro de um lote... não chega a dois lotes de tamanho.

Outra situação aconteceu no meu bairro, na Cohab Cristo Rei, onde existe uma dita feira, que não é feira. É uma praça de alimentação, onde a comunidade se reúne para fazer um lanchinho, conversar, bater papo. Mas, eu acredito que uma área pública no centro do meu bairro, onde eu moro, há 36 anos, deveria ter, pelo menos, uma quadra de esportes. E naquele espaço, onde os feirantes estão usando para trabalhar, tem barracas fixas, que poderiam ser mudadas para uma barraca móvel. A pessoa vai trabalhar na sua feira, vai vender o seu produto, e no final da feira, terminando, leva embora e deixa aquela área livre para a comunidade poder usar. Na área, pode-se construir uma quadra poliesportiva e está sendo servida para um grupo pequeno de pessoas, sendo que a nossa comunidade tem mais de mil casas e não há essa área para o esporte e lazer. Muito obrigado! Era isso! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Alberides.

Com a palavra, o Sr. Marcos de Oliveira, Presidente da Confederação dos Bairros. Em seguida, falará a Helen Farias, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Várzea Grande.

O SR. MARCOS DE OLIVEIRA - Boa tarde!

Em seu nome, Deputado, eu saúdo a mesa presente, aos demais e à sociedade. Eu só vim para consertar o que o nosso amigo Fernando, que é da minha comunidade...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

A questão da regularização fundiária, que foi feita e está sendo feita em Nova Mato Grosso, inclusive, eu estou até com o meu título nas mãos. Estão faltando, Deputado, Doutora, informações, não só por parte da Prefeitura, porque a parte da Prefeitura está sendo feita, estão faltando informações por parte do Governo do Estado, como um todo.

Como foi no Novo Mato Grosso, que estava legalizado... Porque se discute muito regularização fundiária - como eu estava falando ao companheiro do INTERMAT. A regularização fundiária é dos moradores, mas tem que saber se aquela área, como um todo, é legalizada ou é do Poder Público, como foi falado aqui, ou se é privada, de particular. Até aí tudo bem.

Então, no Novo Mato Grosso, foi feita a regularização dos títulos definitivos, porque a Prefeitura comprou a área, quitou e teve uma lei - e tem essa lei vigente até hoje - que foi dado um lote por família. E como foi doado, a Lei permite que a prefeitura não cobre nenhuma taxa. Aí o que está faltando? São quase 500 contemplados que estiveram lá, foram para o cartório com esse documento para registrá-lo, não registraram, não conseguiram. Por quê? Faltam informações.

Essa informação que nós queríamos dar para a habitação, na época que foram distribuídos esses títulos, é o ITCD, Deputado. É o ITCD! É uma certidão onde mostra o valor venal do lote.

No Cartório, Dr. Juiz, eles estão cobrando a taxa conforme o valor venal. Isso que eu falei, porque tem uma Lei aí vem vigor que no Cartório a primeira escritura não pode ser cobrada. E quando vamos lá eles cobram, calculando o valor venal. Tem escritura lá que está saindo a R\$175,00 ou R\$200,00 a taxa do Cartório, mas o ITCD é isento, até 20 mil reais é isento.

Então, o que o Fernando falou, esse título não está sendo pago nenhum, nem o Governo e nem a prefeitura, só o Cartório.

Era isso que eu queria falar (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, a Sr^a Elen Farias, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Várzea Grande.

A SR^a ELEN FARIAS – Boa tarde a todos!

Primeiro, quero parabenizar o Deputado por esta Audiência Pública, porque realmente temos que ouvir a sociedade.

Parece que estou em outra Audiência Pública, parece que é só sobre meio ambiente. O que foi citado aqui é meio ambiente, mas, tudo bem.

Esse tema de regularização é importante, eu sofro com isso todo dia, porque faço o licenciamento ambiental, e as atividades que não estão devidamente instaladas em área que ela tem a posse, isso dificulta muito o licenciamento ambiental.

Aqui foi muito citado em relação aos catadores, só queria falar que nós estamos realmente trabalhando em prol deles desde que entramos e temos cobrado. E quanto ao local que eles solicitam, nós fizemos até uma reunião outro dia com a Promotoria e, junto a eles, a maioria deles decidiu que perto de onde temos o aterro seria a melhor área. E agora não entendi o porquê eles estavam reclamando, sendo que já estávamos na negociação dessas áreas ali perto.

Nem é área da prefeitura, ainda, é uma área do Município de Nossa Senhora do Livramento e vamos ter que fazer uma negociação com eles para receber essa área pelo fato de estar no melhor eixo ali, porque é na estrada, uma área bem localizada, a 6Km daqui lá, melhor do que dentro da cidade, perto de onde teria os rejeitos locais, aonde poderia mandar os rejeitos. Então, não entendi muito isso.

Nós estamos fazendo esse trabalho e a inclusão dele através de um pedido da Promotoria, onde temos a Lei 12.305, que temos que respeitar, onde temos que cobrar de todas as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

empresas instaladas aqui que elas façam PGRS, destine grande parte desse resíduo para associações de catadores ou empresas.

Então, nós temos feito esse trabalho, sim. A Secretaria tem tentado fazer toda esta inclusão. A Prefeita está super preocupada com essa questão de regularização fundiária, está preocupada com a questão dos catadores, com a questão de resíduo, só que estamos aqui fazendo com que esse trabalho realmente aconteça, mas nunca é imediato como nós queremos.

Estou aqui há quase dois anos, temos crescido as cobranças e tentado fazer todo esse trabalho. Mas esse trabalho, realmente, é demorado. Só a questão de áreas não conseguimos ainda, mas nós vamos este ano, juntamente com a Promotoria, conseguir fazer com que isso seja uma verdade e aconteça.

Quanto à estruturação da Secretaria, a Prefeita e todo mundo está muito preocupado e tem feito... Hoje nós temos mais carros, está contratando mais pessoas para que essa verdade também seja efetivada, essas liberações, essas análises de processos sejam feitas com mais rapidez e eficácia.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Elen.

Convido, para fazer uso da palavra, o Vereador Dr. Carlos Garcia de Almeida, de Várzea Grande.

O SR. CARLOS GARCIA DE ALMEIDA – Deputado Valdir Barranco, parabéns pela iniciativa desta Audiência Pública!

Em seu nome, Deputado Valdir Barranco, cumprimento todos os componentes desta mesa.

A minha fala vai, praticamente, em consonância com aquilo que disse o Dr. Elias, Juiz de Direito aqui presente, representando a Comissão de Regularização Fundiária do Foro da Comarca de Várzea Grande.

Na verdade, esse trabalho já vem sendo feito. Graças a Deus, o município está se sensibilizando para essa necessidade e essas ações estão caminhando, posso dizer que devagar, a curtos passos ainda, mas eu acredito que é um pontapé, Dr. Air, um início.

Isso não pode passar, não pode ficar apenas no discurso, no papel, na audiência, Sr. Deputado. Precisamos que isso ocorra para que possamos ter dignidade nesta cidade de Várzea Grande, os nossos munícipes possam ter a dignidade como um cidadão, um título de sua propriedade, enfim, usar, dispor da propriedade como um direito que lhe confere a Constituição, o direito de propriedade.

Eu tenho feito do meu trabalho como Vereador, em Várzea Grande, e todo o meu tempo como Advogado, essa luta pela regularização fundiária. Nós temos, durante este tempo, proposto várias ações de usucapião e temos participado desses movimentos, auxiliando essas pessoas menos favorecidas nessa luta na busca do seu título de propriedade dos imóveis onde reside.

Mas, Sr. Deputado, muita coisa fica restrita àquele velho chavão, falta interesse político, falta vontade política.

Nós sabemos que a regularização fundiária dá lucro, basta o município ceder a sua parte, estender a sua mão para que os assentados, os regularizados possam, de forma digna, fazer a contribuição do seu imposto para receber os seus direitos de moradia, de educação, ruas asfaltadas, água tratada, creche, escola, enfim, tudo aquilo que faz fixar o cidadão na sua localidade.

Eu acho que o nosso município, como disse a Secretaria aqui, está se preocupando em se estruturar, porque regularização fundiária não se faz só com versar, tem que ter gente para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

trabalhar, gente no gabinete que entenda e tenha vontade de fazer isso. Não basta só querer representar o município, aparecer em reunião, lançar CDRU, sem o astro principal que é a matrícula do imóvel. Não se faz CDRU se o município não tem a disponibilidade dessa área, é fazer engodo, é distribuir engodo para população. Aí vem um Fernando aqui, um Ceará e reclama dessa situação.

Da mesma forma deve estar acontecendo com essas escrituras que foram feitas lá no Novo Mato Grosso, que devem passar por uma revisão. Por quê?

ITCD é imposto de doação do Estado. Então, temos que ver uma isenção por parte do Estado. Nós somos município. O município tem vontade e demonstrou. Então, já alcançou outra esfera. Ou vamos fazer uso da 759, que agora é bater e valer, porque o cidadão está em cima, vale primeiro o registro, não paga nada – e o Dr. Air Praeiro tem competência para falar sobre isso, que eu também defendo.

Achei muito interessante essa medida provisória que estão chamando de medida provisória do grilo, mas não é não, é da dignidade.

Eu acredito que temos que nos debruçar em cima desses assuntos e tirar o pé do lodo.

Vamos buscar. Vamos ajudar.

O município tem que oferecer condições, tem que contratar profissionais competentes e fazer a regularização fundiária onde tem que fazer, onde dá para fazer, porque onde não dá, esquece, porque daí tem que começar tudo do zero.

Muito obrigado!

Desculpem-me. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Com a palavra, a companheira Cida Cortez, para fazer uso da palavra.

A última inscrita é a dona Joana Fátima, Presidente da CATAFORTE, Rede dos Catadores de Mato Grosso.

Depois de dona Joana, voltamos à mesa.

O Dr. Air tem algumas contribuições e os demais componentes também se quiserem fazer as contribuições a partir das falas da nossa plateia.

A SR^a CIDA CORTEZ – Boa tarde a todos!

Boa tarde, companheiro Deputado Valdir Barranco, na pessoa de quem cumprimento a todos.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa, que tem sido muito importante, principalmente pela forma que conduz seu mandato, que é uma forma de fazer uma gestão participativa, verdadeiramente participativa.

Eu penso que cada Audiência Pública tem que tirar uma resolução, uma carta, um encaminhamento. Ela não pode ser apenas a oitiva. Até para compreender também os espaços de quem vem aqui, porque a importância é isso, ter um espaço para que possamos nos pronunciar, que possamos trazer a nossa angústia.

As vezes tratamos numa Audiência Pública específicos assuntos que são para nós importantes que não teve o momento para debater, mas trazemos para cá. Mas não é aqui. É, porque nós temos que dizer.

Regularização fundiária não é tema fácil, mas precisamos discutir e estamos discutindo de alguns bairros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Segundo o Secretário Estratégico Jaime Campos, são mais de 45.000 mil famílias, quando estivemos conversando com ele, que estão numa situação de necessidade de regularizar - por enquanto estamos tratando de alguns bairros.

Para discutir isso e não ficar só discutindo o passado é preciso também que seja anunciado um novo modelo de cidade.

Qual a cidade, o modelo de desenvolvimento que Várzea Grande apresenta para que possamos resolver o que já está aí, que é o problema de alguns bairros sobre a regularização, e não criar novos? Qual é o planejamento para isso? Qual é o verdadeiro interesse?

Eu coloquei lá do fundo que rico não está aqui para discutir, porque rico, os empresários, aliás, teve uma Audiência Pública, não é, Chico, Presidente, e aqui estava lotado de empresários, para discutir a Portaria nº 39, do Ministério das Cidades, que determinou que as Cohabs fossem entregues já com toda infraestrutura. Os empresários lotaram esta Casa de Leis contra essa medida provisória.

Hoje não temos nenhuma representação empresarial, não temos os grandes proprietários dos vazios urbanos, que é problema no município, porque para levar infraestrutura onde está o bairro, onde está o pobre, tem que passar pelas terras, parece-me que isso é até intencional, criar as grandes comunidades afastadas do centro urbano, desde que passe por grandes áreas, por grandes vazios urbanos, levando a infraestrutura.

A Casa de Leis, se está avançando, e quero crer que a nova legislatura tem um novo comportamento, porque lamentavelmente alguns vícios que enfrentamos no Município de Várzea Grande tem origem aqui... (PALMAS)

Quando é para discutir espichamento de perímetro urbano para atender grandes áreas, grandes empresários, passa-se um debate para a comunidade, mas quando é para discutir as questões do problema do pequeno nós temos o tempo, as ações judiciais, que, aliás, eu reconheço que não há como fixar um prazo, mas também não é *ad infinitum*.

Nós estamos aqui com alguns bairros. Qual é o prazo para se concluir? E para concluir, o que precisa?

Nós não temos equipamentos.

Lembro-me, quando estava no Conselho da Cidade, que não tínhamos um computador que pudesse fazer aquele mapeamento.

Então, Secretário Kalil, quero aqui dizer que precisamos acreditar que há um novo interesse. Para isso equipes qualificadas, condições de trabalho, prazos para se concluir e, principalmente, anunciando para os outros bairros que ainda não estão contemplados quando isso será resolvido, porque nós da educação, Deputado Valdir Barranco, nossos jovens perdem Enem, perdem concursos, porque nesta cidade não se recebe nem carta direito. Coloca-se o nome da sua rua cai em outro bairro, em outro CEP. É uma confusão! Portanto, é uma cidade grande, próxima da Capital, com atrasos seculares.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Cida.

Por último, então, a Sr^a Joana Fátima, Presidente da CATAFORTE.

A SR^a JOANA FÁTIMA – Boa tarde a todos!

Eu vim aqui só para fazer um esclarecimento sobre a fala da companheira Elen.

Eu agradeço por poder estar aqui e falar olhando para o Deputado e a nossa grande parceira e companheira, Dr. Flávia, nossa guerreira, que sempre nos ajudou, sempre nos apoiou.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Quando eu disse... A companheira Valquíria disse que precisamos de uma casa na cidade.

Eu sou catadora, passei 12 anos da minha vida, rasgando saco no lixão.

Quando criamos a Associação de Catadores viemos para a cidade. Foi uma luta muito grande para conseguirmos aquele galpão.

Sou trabalhadora, sou mãe e mãe que criou 25 filhos... (PALMAS) Criei 25 filhos rasgando saco de lixo, mas tenho muito orgulho disso, tenho muito orgulho de ter trabalhado dignamente, num lugar indigno, mas fazendo um trabalho digno. Trabalhei para mim, trabalhei para vocês e continuo trabalhando para todos.

Trabalho para melhorar o nosso ar, para manter a nossa natureza, para manter a nossa água doce e o nosso verde da natureza. Esse é o meu trabalho.

Hoje não temos condições de voltar próximo ao lixão, ou no lixão, por quê? Porque avançamos graças a Deus, graças ao trabalho, o conhecimento que nós adquirimos ao nosso dia a dia.

Gente! Eu não tenho nenhum grau de escolaridade, mas eu sei ler e escrever, aprendi na roça e tenho orgulho disso (PALMAS).

Hoje eu sei o valor da educação, não tem como sair da cidade, nós temos uma sala de aula dentro da nossa associação de catadores, nós conseguimos essa sala com o Governo do Estado, nossa sala de aula, o nosso EJA atende não só os nossos catadores, mas também a nossa comunidade, a dona de casa que não terminou, a dona de casa que não tem com que deixar os seus filhos para ir a uma sala de aula, estudará na associação, ela vai lá, pega a atividade, volta e vai ligar o seu feijão, ela deixa a sua panela no fogo e vai lá pegar a sua atividade.

Não, não temos como voltar para o lixão, nossa reivindicação é o espaço para a nossa associação de catadores, porque nós sabemos fazer o nosso trabalho.

Hoje quem é o nosso público? Não temos coleta seletiva nosso Município, nós fazemos coleta seletiva dos grandes geradores, os nossos clientes são os grandes geradores, são os lojistas, então, nós não temos como sair daqui, nós precisamos de um espaço aqui.

Dr^a Flávia, a senhora nos ajudou a conseguir o Assaí (PALMAS).

Nós nunca... Nós não nos esquecemos daquele que nos ajudou, nos apoiou, isso nos traz alimento para a família.

O gerador, os senhores imaginem a quantidade de resíduo que é gerada no Assaí, que sustenta suas famílias mensais. Agora, imaginem todo esse resíduo jogado no lixão, no terreno baldio, na boca de lobo, na beira do rio, não precisa jogar no rio, só joga na beirada que água chega e se encarrega de levar para dentro.

Era isso, que eu queria dizer, companheira Elen, tenho muito carinho e respeito por você, mas eu sei que você faz um trabalho maravilhoso, você está lutando, batalhando conosco para que melhore a nossa qualidade de vida, mas qualidade de vida não é rasgar saco lá no lixão, qualidade de vida é fazer implantação de coleta seletiva, fazer um trabalho digno para sociedade.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Muito obrigado, dona Joana pela sua fala, que também é um testemunho de uma mulher guerreira, que não esconde suas origens, tem orgulho de tudo que fez, dos filhos que criou.

Eu quero, encerrada as falas da nossa plateia, do nosso público, retornar à Mesa. Já passar ao Dr. Ari Praeiro para que ele possa responder às indagações das quais ele tomou nota aqui.

O SR. AIR PRAEIRO ALVES – Especificamente ao Xum Xum.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Olha só, Xum Xum, na verdade, no primeiro momento nós entendemos que o latifundiário, o fazendeiro acaba tendo algum direito sobre o minifundiário. Mas a realidade não é nossa. Eu cito alguns exemplos.

A Defensoria Pública trabalha na Gleba 13 de Maio, em Juruena, do Empreendimento Juruena, que é de São Paulo.

Na Gleba 13 de Maio, já estamos, praticamente, entregando título a 280 famílias. E mais, sobre esses títulos existia gravame de banco, inclusive Citibank e por se tratar de aquisição originária, inclusive esses gravames foram retirados.

O Vale Abençoado, aqui do lado, 78 famílias, em que há uma sentença do Superior Tribunal de Justiça para ser cumprida. Há sete anos nos brigamos estamos quase resolvendo em um processo de desapropriação, o grande fazendeiro contra os pequenos.

O Vale do Juíno, 272 famílias, também na mesma situação, Deputado. E, finalmente, Conselvan, 3.200 lotes urbanos e 3.200 lotes rurais em uma área de Guariba IV de 78 mil hectares também em fase já de resolução. Portanto, essa afirmação e essa crença sua tem que ser um pouco mais amenizada, porque vocês hipossuficientes, têm a Defensoria, se não a última, mas talvez a única trincheira onde vocês possam ter o direito de vocês garantido em todas as esferas do Poder Judiciário.

Respondendo ao Sr. Jairo Antônio, a Medida Provisória nº 759 resolve em definitivo a sua questão. E finalmente o Márcio Arruda a respeito do Engordador, nós já trabalhamos em quatro bairros que compõem o Complexo do Grande Engordador. Firmamos um termo de cooperação técnica com o município de Várzea Grande. Eu já passei uma série de documentos aqui ao Secretário. Nós estamos dando concepção ao trabalho. Evidentemente que regularização fundiária não se faz de um dia para o outro. Ela demanda algum tempo, conforme nos foi dito aqui pela Flávia por ser multifacetada. Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, a Dr^a Flávia e depois o Dr. Munir.

A SR^a FLÁVIA PETERSEN MORETTI – Cida, eu quero responder sobre a questão dos bairros que você falou que estão sendo criados.

Existe uma lei de 1979, que é a Lei nº 6766, que é de parcelamento do solo, de loteamento do solo rural e urbano, e nessa lei tem a previsão necessária da infraestrutura. Entendeu? Uma medida provisória que vem especificamente... Vieram aqui discutir, os empresários, vieram, porque ali se vinculou a questão de contrato de financiamento deles com o banco e com o Ministério das Cidades. Mas a lei federal existe, inclusive eu falo que muitos loteamentos em Várzea Grande não cumpriram, e é de responsabilidade dos empreendedores cumprirem a infraestrutura dessa legislação e hoje querem repassar esse ônus ao Município.

Então, respondendo a questão do parcelamento dos novos bairros, os Secretários, Gestores Públicos têm que cumprir a Lei Federal do uso e ocupação do solo federal.

E ainda sobre a questão de quando serão contemplados outros bairros, porque aqui foi dito que a Comissão do Judiciário de Assuntos Fundiários apenas elencou cinco bairros iniciais para o Município, também fica a critério do Município traçar um plano de estratégia dos demais bairros, ali foi a comissão e pegou os que já estavam em andamento com um documento em nome do Município, parcelada em nome do Município em área municipal. Certo?

Então, foi uma forma de começarmos aqueles que estavam mais fáceis.

É lógico que o Município tem por obrigação criar o plano de regularização fundiária, que já era par ter sido criado desde o início do nosso plano diretor de 2007. Hoje, com a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

revisão que, provavelmente, o Município deve fazer do plano diretor, deve vir aderir a um plano de regularização fundiária para que as pessoas, os cidadãos várzea-grandenses saibam quando serão contemplados os seus bairros e quais os bairros contemplados pela regularização da municipalidade ou que pegará a área do Estado e o Município regularizará.

Eu vejo, assim, a necessidade de um plano diretor com um plano de regularização fundiária com cronograma, com atividades e isso cabe à gestão pública e a nós da comissão de assuntos fundiários cobrarmos isso dentro da comissão, com certeza, vou levar essa demanda.

Muito obrigada, acho que respondi. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado. Com a palavra, Dr. Munir Arfox.

O SR. MUNIR ARFOX – Primeiro, quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa, isso é de grande valia para a população e com certeza dará grandes resultados.

Só para complementar o que o Dr. Air Disse, está também, em nossos estudos, o acerto do Bairro Parque das Nações, nós já iniciamos as tratativas com o advogado do dono da área e, com a graça de Deus, nós vamos levar a um bom termo e um grande número de famílias será beneficiado ali, com certeza.

Só isso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado.

Com a palavra, Dr. Elvis Klauk Júnior.

SR. ELVIS KLAUK JÚNIOR – Eu queria só corroborar, Deputado, e dizer que com a finalização lá dos estudos pela Câmara Setorial Temática agora no primeiro semestre e, se Deus quiser, no segundo semestre, com a implantação da nossa Câmara de Mediação, a Assembleia Legislativa vai ser mais uma oportunidade, ou seja, mais uma possibilidade que vocês terão para a tentativa da solução dos conflitos fundiários, vocês já contam com a Defensoria Pública e agora, no segundo semestre, se Deus quiser, vocês poderão contar com a Câmara de Mediação da Assembleia Legislativa.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Passo a palavra para a Dr^a Iza Karol Gomes, representante do INTERMAT.

A SR^a IZA KAROL GOMES – Só para finalizar e deixar um pouco mais claro, Dr^a Flávia, dentro da norma do INTERMAT, temos solicitação da isenção da taxa, então todo aquele que não pode pagar, já está regulado em normas, é só solicitar, acho que não foi esclarecido pelo protocolo, acho que foi uma falha do protocolo nesse caso, há sim a possibilidade de não se pagar nada para quem não tem condições.

Dr. Air, todas as demandas de cunho, de interesse social, na parte urbana, vêm se ampliando nas informações, é tanto que, umas duas semanas atrás, um colega do senhor – eu não lembro, um senhor moreno, careca, que é Defensor – estava prestes a instruir uma ação de usucapião, nós acessamos a base, ele saiu de lá com poucas informações, porque Cuiabá tem sesmarias e nós temos dúvidas na plotagem delas por requisitos frágeis e técnicas, então na Baixada Cuiabana é um pouco mais complicado, mas nós estamos tentando viabilizar e tornar mais célere as informações.

A Dr^a Adriana Coningham é uma parceira do INTERMAT, todas as vezes que precisa fazer inspeção, um técnico do INTERMAT é disponibilizado, ele acompanha a equipe dela, olha as coordenadas, faz um laudo da malha fundiária. Então, tudo que a Defensoria precisar... O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

INTERMAT vem trabalhando em uma nova intenção de resolver os problemas. Vem trabalhando para resolver, não para criar mais problemas, às vezes o que nos faz segurar algumas informações é para não gerar mais conflito, conflito de interesse, de invasão, nós sabemos que às vezes é fomentado por alguns grupos.

Então, até para barrar outros interesses é que algumas informações são mais resguardadas mesmo. Mas o INTERMAT está de portas abertas, estamos com número muito reduzido de servidor, na minha Diretoria de Regularização Urbana, são quatro servidores para o Estado, nós estamos fazendo o que pode e o que não pode, então, o que nós queremos e já pedimos... (RISOS)... o INTERMAT já está chorando.

O grande gargalo do INTERMAT hoje é a mão de obra, infelizmente. Mas o que estiver precisando, o que Vossa Excelência precisar, pleiteie. Na diretoria em que estou, na diretoria técnica também os servidores estão com uma nova determinação para resolver, é para informação rápida, mais célere, para resolver os problemas principalmente de interesse social. A função que o INTERMAT resgatou que há algum tempo que estava um pouco perdida, infelizmente voltada só para outro setor.

Só isso, obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigada, Doutora. Dr. Alexandre, Juiz de Direito, aqui representando a comarca de Várzea Grande.

O SR. ALEXANDRE ELIAS FILHO – Sr. Deputado, eu gostaria de esclarecer àquele cidadão que no início sentiu-se revoltado com o documento que ele recebia. Só para esclarecer, para não haver dúvida, o certificado de ocupação não é nenhum título de propriedade, é um documento expedido pelo poder público para permitir que o cidadão ocupe um determinado imóvel, é um documento válido sim, não é que ele não vale para nada, vale sim, só que é um documento que não permite que o cidadão ocupante se dirija ao banco para fazer financiamento, se dirija a uma loja e dizer “olha, minha propriedade é essa”, porque não é propriedade, o certificado de ocupação é uma posse precária, é uma mera expectativa de direito de propriedade desde que o cidadão cumpra as regras daquele programa que o órgão público está concedendo a ele.

Diversos assentamentos rurais, Projeto Minha Casa Minha Vida, a ocupação é uma coisa, é precária, é uma posse precária. E o título de propriedade, quando o Governo expede para o cidadão, ainda põe condições e regras que durante 05 anos não pode vender, não pode transferir e não pode nem sequer obter financiamento em cima daquele documento de propriedade.

O Dr. Air citou até um caso do Projeto Minha Casa Minha Vida. Muita gente dá o seu nome, faz a sua inscrição, recebe do Governo e, quando recebe o título do Governo, já passa para terceiro. O terceiro vai lá e entra na casa. Isso não vale nada, porque o Governo pode vir e tomar de quem quer que esteja lá. Então, eu quero que fique esclarecido, certificado de ocupação não é escritura pública. É um documento que permite a utilização e posse daquele lote, daquele imóvel para as pessoas.

Deputado, finalizando, quero parabenizar Vossa Excelência por essa iniciativa, com certeza a parceria com o Poder Judiciário está firmada. Eu tenho certeza que Vossa Excelência conseguirá, nesse Estado continental de Mato Grosso, resolver esse problema fundiário tanto urbano quanto rural.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Dr. Alexandre.

Com a palavra, finalmente aqui, o Sr. Kalil Sarat Baracat de Arruda, Secretário, representando a Prefeita do Município de Várzea Grande.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

O SR. KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA – Só respondendo alguns questionamentos.

Primeiramente, foram anotadas todas as reivindicações. Alguns não são pertinentes a nossa pasta, mas vamos levar até o conhecimento do Secretário da pasta e até mesmo a Prefeita.

Só para deixar esclarecido, Dr^a Flávia. O convênio que estamos fazendo, MT Desenvolve, com a antiga COHAB, vamos fazer uma parceria, já está sendo estabelecida e deve ser assinada, eu acredito, esta semana, semana que vem, vai alcançar aproximadamente 7.000 famílias, em que vamos entregar o título definitivo a essas famílias. É uma parceria do Município com o Governo do Estado que está sendo firmada e os beneficiários desse título vão ter uma linha de crédito nesse programa, será um programa voltado à regularização fundiária.

Gente, foram anotadas aqui todas as reivindicações, acho que não consigo responder todas, mas quero me colocar à disposição, como Secretário Municipal, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turístico. Nós estamos à disposição para qualquer dúvida, estamos lá das 08 da manhã às 18 horas, se possível até à noite, estamos à disposição para trabalhar, a nossa equipe.

Cidinha, é uma honra você se lembrar do saudoso Nico. Quero dizer a você que está sendo trabalhado o projeto com a emenda do Deputado Carlos Bezerra para a região do Embauval, para ser feita a pavimentação asfáltica ali, através do Carlinhos, que é vizinho de vocês.

No mais, quero agradecer a todos; a esta mesa, que foi composta, na pessoa do Deputado Valdir Barranco; me coloco à disposição, Deputado, o Município de Várzea Grande, em nome da Prefeita, a Prefeita Lucimar, que quer fazer - e está no seu plano de governo -, o maior programa de regularização fundiária do Município de Várzea Grande.

No mais, eu tenho só a agradecer a todos e a Vossa Excelência por esta oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Kalil, quero agradecer o Dr. Munir Arfox, Defensor Público do Estado de Mato Grosso; Iza Karol Gomes, Diretora da Regularização Fundiária Urbana do INTERMAT, que representou o Presidente Cândido Teles; o Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Setorial de Conflitos Agrários e Regularização Fundiária Rural e Urbana da Assembleia Legislativa; Dr. Alexandre Elias Filho, Juiz de Direito, que neste ato representou a Comissão de Assuntos Fundiários da Comarca de Várzea Grande; nosso companheiro Miguel Francisco dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras de Várzea Grande; Kalil Baracat, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Várzea Grande, que representou a Prefeita; Dr. Air Praeiro Alves, Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária; Dr^a Flávia Moretti, Presidente da OAB, Subseção Várzea Grande e Membro da Comissão de Assuntos Fundiários do Fórum do Município de Várzea Grande; agradeço, ainda, o Dr. Carlos, Vereador, e o Ferrinho, ambos permaneceram até o final, não sei se tem mais algum vereador que permaneceu; o Ivan, que estava aqui também.

Quero, finalizando, fazer, como em todas as Audiências Públicas, uma síntese daquilo que nós tratamos aqui. Essa síntese será elaborada e encaminhada para todos os que estiveram presentes e obviamente ao Governo do Estado, ao INTERMAT, à Prefeitura Municipal, que são os responsáveis por fazer acontecer, nós somos parceiros, nós fiscalizamos, nós legislamos, nós damos opinião, nós ouvimos a população e o Dr. Air, Dr. Munir, Dr. Elvis, Dr^a Flávia ajudam a tirar as dúvidas.

A Justiça, através do Dr. Alexandre, faz um belíssimo trabalho, tem feito em várias comarcas e eu tenho acompanhado, tem já a Comissão de Regularização Fundiária, mas se o Poder

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

Público Executivo, tanto municipal quanto estadual e também o federal, obviamente, não fizeram sua parte, nada vai acontecer.

Aqui foi citada, várias vezes, a MP 159, de 22 de dezembro de 2016, que é um grande avanço. E a legislação tem avançado, nós temos a lei 8.629, que é de 1993, que ficou 24 anos sem sofrer alterações; veio a Medida Provisória 636 e depois originou a 13.001, ainda com imperfeições; o Decreto 8738, que regulamentou a Lei 13.001, também deixou brechas, inclusive, os assentados da reforma agrária foram os que mais sofreram com isso, porque o Tribunal de Contas da União, em 2016, editou o acórdão 775/2016, que bloqueou mais de 500 mil assentados por falhas na legislação.

O decreto não era suficiente para o Tribunal de Contas e a MP - Medida Provisória agora vem trazer uma esperança, e nós temos contribuído bastante, o nosso mandato, juntamente, com a FETAGRE, Dr. Air, com as emendas que foram colocadas, através do Senador Wellington Fagundes... Foram apresentadas mais de 20 emendas pela parceria do mandato nosso com a FETAGRE para avançar ainda mais naquilo que a MP já trazia de bom.

Dentre tudo aquilo que foi dito aqui, eu quero destacar alguns pontos: valorizar e apoiar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Regularização Fundiária do Município de Várzea Grande, acho que é um ponto que ficou bem claro e que é necessário; o fortalecimento dos órgãos relacionados à questão fundiária, o INTERMAT, o INCRA, as secretarias municipais correlatas, com maior estrutura física e orçamentária, a Dr^a Flávia falou muito disso aqui, e de pessoal técnico e administrativo.

Lá em Brasília, ao Leonardo Góes, que é o Presidente do INCRA, eu disse: “Leonardo, tem que fazer uma força tarefa, porque se não tivermos uma força tarefa, incluindo servidores do Brasil todo, nós não vamos avançar, também.” Porque o INCRA tem dois, três servidores, no caso das áreas que são de competência do INCRA.

Miguel, você falou das áreas rurais, eu já saio daqui com o compromisso de trazermos aqui o INCRA, o João Bosco, o Paulo Garcia, os técnicos do INCRA, que tratam da regularização fundiária, como temos feito em outros lugares para fazermos uma reunião ampliada ou, de repente, uma Audiência Pública específica com os assentamentos de Várzea Grande. E eu sugiro que seja dentro de um desses assentamentos para facilitar a participação também, depois falaremos sobre isso.

Maior envolvimento e parceria do INTERMAT e do INCRA junto às Comissões de Regularização Fundiária, com a isenção de taxa para buscar a documentação necessária para as famílias envolvidas e necessitadas, em áreas de interesse público.

Referendar que a regularização fundiária é uma questão de moradia digna, rural, urbana, como direito social e de segurança jurídica, respaldada em ações e atividades urbanísticas para fixar a população com qualidade de vida. Enfim, isso é muito mais do que nós temos certeza de que fará parte dessa síntese, que será encaminhada.

Finalmente, quero agradecer a presença de todos e de todas, e dizer que eu que já fui Prefeito, Secretário de Educação, Superintendente do INCRA e, principalmente, no INCRA, tivemos que ouvir muito, e ouvir é necessário. Nós só conseguiremos avançar, levando para a população aquilo que a população realmente precisa, as suas demandas, a partir do momento que nós ouvirmos essa população, irmos lá conversar, no chão onde ela vive, ouvir as necessidades, ouvir as suas angústias, as suas demandas e, às vezes, em muitos momentos, ouvimos uma população que está revoltada e naquele momento em que quase não tem... E aqui foi um desses momentos, a população, principalmente, a mais empobrecida - que está mais nas periferias das grandes cidades e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
URBANA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2017, ÀS 14H, EM VÁRZEA GRANDE.

do interior também - não tem quase a oportunidade de falar em momentos como este, em que há autoridades para ouvi-las, e aproveitam. E é importante que aproveitem, eu sempre fiz isso enquanto Prefeito, enquanto Superintendente do INCRA e, no nosso mandato que começou agorinha, em outubro, infelizmente nos tiraram dois anos de mandato. Mas, começamos em outubro e temos feito isso, dado oportunidade à população para que fale e isso também enriquece o nosso currículo, enriquece o nosso conhecimento.

E é ouvindo vocês que lá na Assembleia Legislativa – lá que vocês não podem ainda, infelizmente, fazer uso da tribuna – que a nossa voz dá voz a cada um e cada uma de vocês.

Quero agradecer a todos e a todas! Que Deus abençoe a vida de vocês e dos nossos governantes! Que nós possamos aqui, em Várzea Grande, avançar muito.

Diga à Prefeita que ela foi muito bem representada pela senhora e que na próxima ela venha para ver o quanto é profícuo um momento como este.

Um grande abraço! (PALMAS)

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.